

RREP: Programa Regional de Empreendedorismo Regenerativo

Diagnóstico Territorial
da Terra Indígena Sete
de Setembro

2023



RREP: Programa Regional de Empreendedorismo Regenerativo

Diagnóstico Territorial
da Terra Indígena Sete
de Setembro

2023



RREP é um programa desenvolvido e executado pela reNature, financiado com apoio da Fundação Leopold Bachmann (LBF) e IKEA Empreendedorismo Social. O diagnóstico territorial foi realizado com coordenação técnica da consultoria Tewá 225.

reNature

Co-fundador e Diretor de Impacto

Felipe Villela

Sênior Responsável Gerente de Projetos

Fabiana Munhoz

Revisores técnicos

Guus ter Haar

Maëla Porcheron

Tewá 225

Coordenadora Técnica

Fernanda Mallak

Coordenadora Executiva

Luciana Sonck

Estudos Técnicos

Gabriela de Oliveira

Cibele Oliveira Lima

Marina Schkolnick Soares Leite

Tradutoras

Marina Schkolnick Soares Leite

Cibele Oliveira Lima

Projeto Gráfico

Ricardo Baneschi



sumário

SUMÁRIO EXECUTIVO	6
APRESENTAÇÃO	10
INTRODUÇÃO	12
1. O CONTEXTO DE OCUPAÇÃO E DEMARCAÇÃO DA TI SETE DE SETEMBRO	18
2. PRINCIPAIS AMEAÇAS À TI HOJE	28
3. ACESSO A DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS	36
4. PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NA TI SETE DE SETEMBRO	46
4.1. Caracterização das roças	47
4.2. Caracterização do nível de transição agroecológica dos entrevistados na TI Sete de Setembro	54
5. ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS, PROJETOS E PARCERIAS DA TI SETE DE SETEMBRO	72
5.1. Empreendedorismo Suruí	83
5.2. Iniciativas de Regeneração	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98



Sumário Executivo

O presente estudo trata sobre os modos de vida, produção agropecuária e iniciativas de empreendedorismo local do povo indígena Paiter Suruí (que em tupi-mondé significa “gente de verdade” ou “povo verdadeiro”), que habita a Terra Indígena Sete de Setembro, localizada na cidade de Cacoal (RO). Os dados apresentados são inéditos, visto que há mais de uma década não era realizada nenhuma pesquisa semelhante na TI.

A comunidade Paiter Suruí se organiza ao redor de uma governança territorial unificada, com um cacicado representando os clãs e aldeias e um cacique geral, que, a partir de 2022, passou a ser escolhido via voto direto, com 16 coordenações pensadas para atuar nas demandas de grupos e temas específicos, como saúde, educação, mulheres e jovens.

O levantamento, primeiro a ser realizado com a metodologia TAPE (Instrumento para Avaliação de Desempenho da Agroecologia) da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) no Brasil, aborda o contexto da demarcação e homologação da TI Sete de Setembro, a diminuição significativa da população Paiter Suruí após o primeiro contato com o homem branco em 1969 e as principais ameaças atuais ao território, como aumento significativo do desmatamento, com a **perda de 8.724 ha (ou 3,5% da área total da TI) em 2021**, além dos contínuos conflitos e invasões de terra por causa de garimpo e grilagem.

Os Paiter Suruí também relataram sobre a situação de arrendamentos de terra para fazendeiros, e destacaram a falta de fiscalização. A vulnerabilidade de renda dos produtores da TI também aparece como ponto de atenção para a atuação de exploradores dos recursos da terra.

Em relação ao acesso a direitos sociais e políticas públicas, foi observado que grande parte das aldeias da TI tem acesso a equipamentos básicos de saúde e educação.

Há ao menos **20 escolas** dentro da TI com ensino fundamental e médio,

mas os relatos de campo apontam que não há a diferenciação necessária para a educação indígena. Já o acesso aos serviços de assistência social se dá por visitas periódicas das equipes à TI, ou no Centro de Referências situado fora do território.

Há equipamentos de saúde nas aldeias e a atuação de profissionais em visitas domiciliares, distribuição de medicamentos e acompanhamento médico, vacinação e retorno de exames. Porém, há um desejo de parte dos indígenas de aumentar a renda para acessarem a saúde privada e também há falta de acesso a saneamento básico adequado.

A produção agropecuária comercial é um dos principais meios de geração de renda dos produtores, também aliada ao desenvolvimento e bem-estar da floresta. Todos os entrevistados são produtores agrícolas, mais da metade produz árvores frutíferas e poucos produzem animais. A criação de gado é presente na TI também em terras arrendadas por atores externos.

A maior parte da produção é destinada à venda, mas também possui importância na subsistência familiar. O café é a maior espécie produzida para estes fins, seguido de banana, cacau e castanha, enquanto as produções para consumo próprio são focadas em produtos que compõem a alimentação tradicional dos Suruí.

Em relação à transição agroecológica, os sistemas produtivos dos entrevistados são caracterizados como convencionais, porém, a sinergia dos sistemas é considerada como tradicional com elementos de sustentabilidade (a metodologia utilizada para esta classificação é explicada de forma detalhada no capítulo 4). Já a eficiência e cultura e hábitos alimentares são classificados como sistemas em transição inicial para a agroecologia.

As ações das organizações na TI destacam a presença do empreendedorismo dos Paiter Suruí no território, especialmente integrado à produção agrícola, beneficiamento de alimentos, artesanato e turismo, sendo um potencial para a geração de renda. Atualmente, a TI Sete de Setembro possui

20 associações

4 cooperativas de produção e consumo

3 centros culturais

2 microempreendedores individuais (MEI)

2 institutos

uma coordenação e uma iniciativa

As organizações indígenas atuam em uma diversidade de projetos na TI, também se relacionando com outros atores e há a percepção de aproximação de atores governamentais entre 2012 e 2023, e um afastamento de organizações que exercem projetos específicos no território. Em 2023, a empresa cafeeira Três Corações se destacou como único ator privado enfatizado no mapeamento de stakeholders.

Também foi identificado uma escassez de iniciativas estruturadas que promovam essas práticas no território. Os projetos da TI também têm aspectos relacionados à agenda ambiental, com o destaque de ações de manejo florestal, proteção da biodiversidade e manutenção de serviços ecossistêmicos. Destacam-se os projetos com foco em regeneração, como o PAMINE, biomonitoramento e geração de renda a partir da preservação.

Dessa forma, a consciência da necessidade de proteção da biodiversidade local, unida ao empreendedorismo e elementos presentes no território, como o fluxo de produção do café e seu reconhecimento e a organização dos produtores em cooperativas e o saber ancestral Suruí, compõem os pilares do que pode vir a ser o desenvolvimento sustentável na TI Sete de Setembro.





Apresentação

O presente documento apresenta um estudo **Diagnóstico Territorial da Terra Indígena Sete de Setembro**, realizado entre março e julho de 2023. Localizada no município de Cacoal (RO) e habitada pelo povo Paiter Suruí (povo que teve contato nos anos 1960 e obteve a homologação de seu território nos anos 1980), a TI Sete de Setembro já contou com inúmeros estudos de contexto, diagnósticos e relatórios técnicos nas últimas décadas, produzidos tanto pelo terceiro setor, pelo Estado, parceiros privados, e também por acadêmicos.

No entanto, o último estudo de contexto foi realizado há mais de dez anos, sendo assim importante considerarmos a necessidade de sua atualização. Nos últimos anos, acontecimentos como a pandemia de COVID-19 e os conflitos políticos acirrados que aumentaram as ameaças aos povos da floresta influenciaram o modo de viver e produzir dos territórios. Assim, trata-se de um estudo importante e inédito para a compreensão do contexto do povo Paiter Suruí após todas as transformações sociais e econômicas destes períodos.

Outro aspecto que confere ineditismo ao estudo é a apresentação de dados primários coletados a partir da metodologia TAPE (Instrumento para Avaliação de Desempenho da Agroecologia) da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), aplicada para compreender como a produção agropecuária está organi-

zada dentro da TI e em que medida ainda mantém técnicas tradicionais de plantio e beneficiamento, em comparação com técnicas produtivas do agronegócio brasileiro.

O estudo, encomendado pela reNature, foi produzido pela consultoria Tewá 225 como primeira etapa de implementação do Programa de Empreendedorismo Regional Regenerativo (RREP) no Brasil e como parte do processo de Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) do mesmo neste território. Considerando isso, o foco do presente estudo foi identificar aspectos da cultura e governança, acesso aos direitos básicos, contexto ambiental e de ameaças, situação da produção agropecuária e iniciativas do empreendedorismo indígena local, com perspectiva etnográfica. Para tal, foram realizados estudos de campo imersivos, processos de escuta ativa por meio de entrevistas em profundidade, coletivas ou individuais, e levantamento de dados primários e secundários, em bancos oficiais e pesquisas científicas anteriores.

O documento está organizado em 5 capítulos: o primeiro é referente ao contexto da ocupação do território e sua demarcação; o segundo relativo às principais características ambientais e de ameaças; o terceiro refere-se ao acesso da população a políticas públicas e direitos; o quarto trata sobre o estudo de contexto da produção agropecuária dentro da TI, com informações coletadas em campo a partir da metodologia da FAO (2019), e o quinto abrange as iniciativas de empreendedorismo e regeneração desenvolvidas por seus habitantes e parceiros.

Introdução



“não existe uma ‘cara de índio’, mas que existe uma identidade que o torna pertencente a um ‘povo’.”

Márcia Wayna Kambeba¹

As populações indígenas no Brasil possuem uma história rica e complexa, que remonta a milhares de anos de convivência nos seus territórios. De acordo com dados preliminares do Censo Demográfico de 2022, hoje o país conta com uma população indígena de 1,65 milhões de pessoas, o que representa cerca de 0,8% da população total brasileira. Conforme os registros mais recentes da FUNAI, existem 764 Terras Indígenas (TIs) identificadas, das quais 483 (63%) possuem registro de demarcação regular. Isso evidencia que há ainda 281 territórios irregulares no país.

Os estudos da historiografia indígena evidenciam inúmeras violações contra essa população desde o período colonial, com desdobramentos até a atualidade (OSOWSKI, 2017). Neste sentido, os indígenas brasileiros enfrentam historicamente uma série de desafios, incluindo a ameaça de invasão de suas terras, a violência física e simbólica da impossibilidade de seguir e transmitir seu modo de vida, e a falta de reconhecimento de seus direitos culturais, territoriais e humanos.

Eles estão em todos os estados e biomas brasileiros e são, até hoje, os maiores guardiões das florestas remanescentes. As TIs abrangem 13,8% do território brasileiro e estão distribuídas especialmente na região da Amazônia Legal Brasileira (ALB)². Só no estado de Rondônia, existem 21 TIs regularizadas e uma em processo de regularização; **no município de Cacoal (RO), a Sete de Setembro é a única TI demarcada (FUNAI, 2020). Nela, habita o povo Paiter Suruí, cuja história se aproxima da realidade de outras etnias do Corredor Tupi Mondé**, como Gavião, Cinta Larga, Arara e Zoró. A soma de seus territórios equivale a aproxi-

¹ Entrevista completa está disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7396-fazer-caber-muitos-mundos-no-mundo>. Acesso em 15 mai 2023.

² Do ponto de vista territorial, a Amazônia Legal, onde está localizada a maior concentração de populações indígenas, é dividida em duas partes: a Amazônia Ocidental, constituída pelos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, e a Amazônia Oriental, constituída pelos Estados do Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso.

madamente 3,5 milhões de hectares de florestas (SURUI, G. A, et al., 2016). **O território Paiter abrange cerca de 248 mil hectares, nos quais identifica-se uma população de aproximadamente 1.375 pessoas, segundo o Instituto Socioambiental (ISA, 2023), ou 1.900 pessoas segundo os líderes do território.**

O nome Paiter Suruí é como os indígenas Suruí de Rondônia se autodenominam, sendo uma junção da denominação da FUNAI (Suruí) com sua autodenominação (Paiter), que em tupi-mondé significa “gente de verdade” ou “povo verdadeiro”. Essa denominação de “povo verdadeiro” surgiu de sua crença em ser o único grupo indígena existente durante muitos anos, ou “as primeiras criaturas criadas por Palob”, sua divindade.

Embora se considerem a partir de uma origem única, a organização política do povo Paiter Suruí se dá a partir de quatro linhagens de clãs patrilineares, que surgem a partir do mito da criação, o mito da “captura dos ossos”³, que determinou como a hierarquia dos clãs se dá até os dias de hoje: Gabgir (marimbondos brancos), Gameb (marimbondos pretos), Makor (taboca/taquara, uma espécie de árvore) e Kaban (mirindiba, fruto doce regional da região Norte do país) (MELO, 2018). **Sua organização clânica compõe uma estrutura de governança de cacicado**, em que, primeiramente, cada aldeia possuiria um cacique - havendo vários clãs representados em cada aldeia a partir dos casamentos em regras tradicionais - e cada clã possuiria um cacique chefe do seu clã, compondo um conselho de caciques que elegeriam o cacique geral do povo Paiter. De acordo com o atual vice-cacique geral do povo,

“O Chefe maior era escolhido entre os chefes de clãs. Após o contato, com abertura de várias aldeias em torno do limite da terra, surgiram novos caciques, que naturalmente foram chefes de famílias grandes. Hoje, saindo um pouco da tradição, há quem se autodeclara cacique por querer ser reconhecido como tal. Mas, ainda sim, continua a transmissão de cacicado de forma hereditária.”

Vice-Cacique geral do povo Paiter Suruí, 2023

Porém, podemos afirmar que **o povo Paiter vive hoje uma realidade desafiadora com relação às suas tradições e estruturas de governança originais**. Se antes eram caçadores e coletores, com uma complexa rede simbólica e espiritual, onde comumente parentes saíam para caçar enquanto o cacique preparava a “chicha” na “maloca”, hoje a realidade é bastante diferente. **Os Paiter Suruí vivem seu sistema pré-capitalista, em que a necessidade pau-**

³ A lenda da captura dos ossos pode ser encontrada em muitos livros sobre os Suruí. Para este estudo, ela foi contada pelo vice-cacique geral, Anderson Suruí. Pode ser consultada em “Histórias do começo e do fim do mundo - o contato do povo Paiter Suruí” de Gaami Anine Suruí e outros autores (SURUI, G. A, et al., 2016).

tava o esforço, ao mesmo tempo que aplicavam grandes esforços em refinar o sistema de governança entre os quatro clãs, em um modelo de vida intrinsecamente ligado ao manejo da floresta. **A aproximação com os “colonos”, não-indígenas, representou perdas significativas de suas tradições**, sejam nos casamentos (ora poligâmicos e determinados por grau de parentesco, e hoje pautados pela lógica cristã), sejam nas tradições de pajelança (ora essenciais para a manutenção do contato com os espíritos da floresta, e hoje tratadas como “pecado” pelas igrejas neopentecostais presentes no território), sejam pelas festas e ritos de passagem (como a chicha, que não é realizada há mais de 20 anos).

As visões de igrejas Batistas e Assembleia de Deus no território, os casamentos inter-raciais, a diminuição da pajelança, assim como a produção agropecuária, são identificados pelos líderes e anciãos como perdas significativas de sua cultura original. Símbolos como os tradicionais colares e vestimentas produzidas pelas mulheres, foram substituídos pelas roupas dos “brancos” e ficaram sem significado em um modo de vida que hoje, podemos afirmar, é híbrido.

“Antigamente a gente vivia dentro da nossa cultura, casava com o próprio indígena e hoje os jovens já estão casando com outros, então ele vai criando a sua família que não é 100% indígena, nunca vai acabar, mas ameaça a cultura.”

Entrevistado morador da Linha 9, 2023

“Hoje os pajés estão acabando (...) pela evangelização, e também porque, segundo meu tio que já foi pajé, ‘os espíritos abandonaram os Suruí’. Não ouve mais o chamado dos espíritos, e quando ouviu ficou sem intimidade com eles, e perdeu por falta de prática.”

Vice-Cacique geral do povo Paiter Suruí, 2023

Como guerreiros que são, o povo Paiter Suruí segue em luta, desde o dia de sua aproximação com os colonos, somando forças com os demais povos brasileiros que ainda buscam espaços institucionais de representatividade. Nesse sentido, ressignificaram sua história a partir das oportunidades que esse hibridismo com a cultura não-indígena, a cultura capitalista, apresentou. **Os Paiter Suruí são um povo essencialmente empreendedor, dotado de uma capacidade de produzir parcerias e alianças muito grandes**. Assim como ressignificaram a produção do café - deixado pelos colonos antes da demarcação do território, tornando-se grandes produtores de café com qualidade reconhecida - eles também vem trabalhando em novas estruturas de governança que permitam maior participação social no território.

Em novembro de 2010, uma assembleia realizada na aldeia Lapetanha discutiu a organização social e o respeito à cultura Paiter Suruí. Nela os indígenas votaram em unanimidade pela volta do sistema tradicional de governança, o Labiway-Ey Sad, denominação cultural dada ao Parlamento Paiter Suruí (CARDOZO, 2012). Segundo a Carta de Princípio do Parlamento Paiter Suruí (2010), as decisões do Labiway-Ey Sad funcionavam como normativas e/ou lei interna, tendo como princípios fundamentais: a união e Integração; a proteção do território tradicional e da gestão sustentável; o fortalecimento do conhecimento tradicional; e a ampla participação. **Em 2022, também foi instituído um modelo de governança a partir da eleição do Cacique Geral via voto direto. Neste modelo, há também subdivisões temáticas, aos moldes de ministérios**, organizadas em 16 coordenações, como, por exemplo, saúde, educação, economia, cultura, gestão, mulheres e jovens. Em ambos os casos, e apesar do insucesso do parlamento Suruí, percebe-se a tentativa de organização do território dentro desse enorme desafio: a convivência da cultura tradicional com a cultura do homem branco.

Atualmente, vivenciando seu **primeiro cacicado eleito por meio de voto direto, o povo Paiter experimenta uma visibilidade importante em âmbito nacional e internacional**, graças a algumas figuras-chave, como o Cacique Geral Almir Suruí e sua filha Txai Suruí. Essa visibilidade é extremamente importante neste momento, em que as agendas climáticas estão reivindicando cada vez mais o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas como protetores das florestas.

No Brasil, inevitavelmente, essa proteção está diretamente vinculada ao processo de demarcação das TIs, cujo objetivo é garantir o direito indígena à terra a partir do estabelecimento legal e administrativo da extensão da posse indígena, assegurando proteção para que os limites demarcados não sejam invadidos por terceiros. É na Constituição Federal de 1988 que há uma mudança de paradigma no estado brasileiro, sobretudo com a ruptura da ideia de *“integração, incorporação ou provisoriedade da condição de indígena e, em consequência, das terras por eles ocupadas”* (OSOWSKI, 2017, p. 325). Neste sentido, há também um **conjunto de artigos na CF 1988 para regulamentar o que são as TIs**, como no artigo 231:

“por eles [os índios] habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições,”

(BRASIL, 1988)

Para garantir esse direito aos povos originários, **as TIs são bens públicos de uso especial, de patrimônio da União, ou seja, não operam sob a lógica da propriedade privada**. Assim, não podem ser utilizadas por pessoas que não sejam os próprios povos originários, o que lhes confere uma certa proteção às florestas remanescentes, considerando o modo de vida essencialmente vinculado à natureza. No que tange o uso da terra e aos processos de licenciamento ambiental, a FUNAI, como órgão indigenista oficial, tem a obrigação de garantir o “correto” uso da terra, de resguardo das fronteiras do território em todos os aspectos e, inclusive, de monitorar as atividades lindeiras e seus impactos, com a obrigação de se manifestar em todo e qualquer licenciamento de obras e infraestrutura que afetam direta ou indiretamente as terras e as comunidades indígenas, tanto ambientalmente como culturalmente. Assim, a FUNAI é responsável por assegurar proteção às populações indígenas, estabelecendo diretrizes e analisando os possíveis impactos às TIs⁴. Ainda, é de competência deste órgão, garantir a participação ativa das populações indígenas ao longo dos processos de licenciamento ambiental⁵.

Diante do enorme respaldo legal, a problemática do Brasil esbarra, inevitavelmente, com as agendas políticas e de interesses nacionais, havendo baixa representatividade das populações originárias entre os tomadores de decisão. Nas últimas eleições, os indígenas representaram 0,62% dos candidatos ao Congresso Nacional, tendo eleito 5 deputados e apenas 2 senadores. Além disso, os avanços das culturas não-indígenas dentro dos territórios são imensos (como veremos neste estudo), o que, considerando o ritmo lento da inserção dos indígenas nos cargos oficiais do estado brasileiro, tende a se perpetuar como uma realidade ainda nos próximos anos.

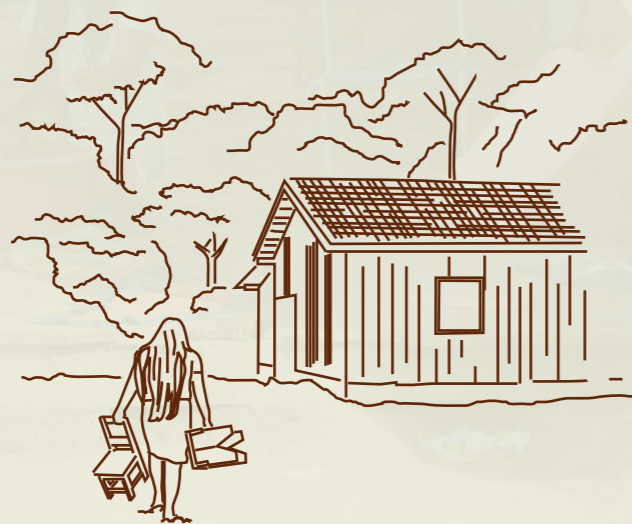
Há um mito entre os Paiter, propagado antes da aproximação com o homem branco, o de que “uma cobra gigante engolirá todo o povo Paiter e destruirá tudo em seu caminho...” (SURUI, G. A, et al., 2016). Se há uma verdade nessa profecia, ou se o povo Paiter resignificará a aproximação com a cultura capitalista, tornando-se um dos povos indígenas que conseguiu enveredar por um empreendedorismo diferenciado, um cooperativismo aos moldes indígenas, um associativismo clânico e um protagonismo jovem diante das estruturas tipicamente anciãs, certamente poderemos acompanhar nos próximos anos.

4 A demarcação de terras indígenas é atualmente regulamentada pelo Decreto n.º 1775/96, que determina a realização de nove etapas, conforme orientação no site da FUNAI: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/demarcacao-de-terras-indigenas>

5 Para mais informações sobre licenciamento ambiental em terras indígenas acessar: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/meio-ambiente/licenciamento-ambiental>

1.

O contexto de ocupação e demarcação da TI Sete de Setembro



No dia 07 de setembro o Brasil comemora sua independência de Portugal, para nós é a data em que nos tornamos dependentes do Estado Brasileiro.

(SIC, 2011 apud NARAIKOE, 2014)

De acordo com os referenciais teóricos, os Paiter Suruí tiveram seu primeiro contato com o homem branco em sete de setembro de 1969, por meio de uma expedição oficial da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) liderada pelos sertanistas Francisco Meireles e Apoena Meireles, defensores das causas indígenas. No entanto, Naraikoe Suruí (2014) afirma que antes mesmo do contato com a FUNAI, os indígenas da TI tiveram contatos conflituosos com seringueiros e membros da linha telegráfica de Marechal Rondon, no início do século XX, momento a partir do qual sua população começou a perder indivíduos significativamente.

De 1971 a 1981 relata-se uma sucessão de choques armados entre os Paiter Suruí e os invasores, o que preocupou o governo de Rondônia, que, pressionado, demarcou a Terra Indígena, ainda que diminuindo seu território original na porção sul. Assim como em demais territórios indígenas no Brasil, o processo de demarcação da TI Sete de Setembro se deu de forma conturbada:

A conturbada história das demarcações e “desmarcações”, que deram origem à boa parte das terras indígenas de Rondônia, se aplica também a Terra Indígena Sete de Setembro criada para os Paiter. A demarcação dessa Terra Indígena se deu em 1976, e a posse permanente foi declarada pela portaria 1561 de 29 de setembro de 1983 pelo então presidente da FUNAI Octavio Ferreira Lima, momento em que recebeu o nome oficial de “Área Indígena Sete de Setembro”. Sua homologação saiu no mesmo ano através do decreto nº 88867 de 17 de outubro de 1983, pelo presidente João Figueiredo.

(ISA, 2003)

No entanto, mesmo **após a demarcação, os conflitos não cessaram, culminando em bloqueios de estradas que davam acesso ao território indígena**, impedindo a entrada de membros da FUNAI e fazendo com que fosse necessário o uso de força policial para impedir os invasores de adentrarem o território (KANINDÉ, 2011). Um grande contingente de indígenas foi morto em combate ou em contato com doenças dos colonos como o sarampo, a gripe e a tuberculose, que dizimaram boa parte de sua população. Segundo os próprios indígenas, de cerca de 5 mil membros, a população foi reduzida para apenas 250 pessoas, após dois anos do contato (ACT BRASIL, 2008).

“Nós sofremos na década de 1970 com a colonização e a perda do nosso povo. Com seringueiros, madeireiros que vieram à frente da construção da BR 364, nosso povo adquiriu doenças que eram desconhecidas, como sarampo, tuberculose, (...) foi quase um genocídio do povo Paiter Suruí.”

Vice-Cacique geral do povo Paiter Suruí, 2023

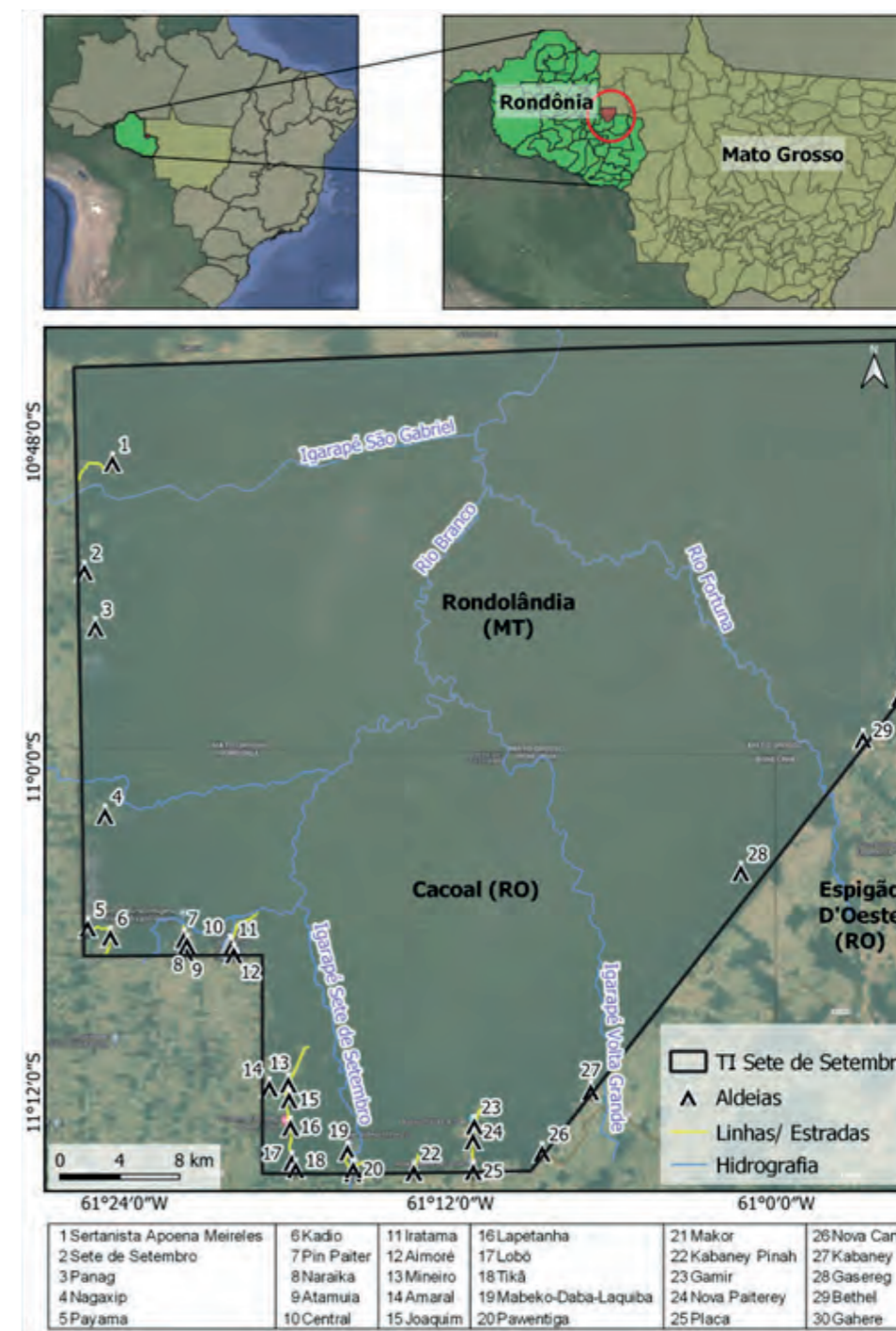
Para Naraikoe Suruí (2014), os modos de vida dos Paiter Suruí mudaram drasticamente a partir da interação com o homem branco. A demarcação da TI deixou de fora do território parte das áreas em que a matéria-prima utilizada para a confecção de artefatos de sua cultura era coletada, como a taquara (tradicionalmente utilizada para a confecção de suas flechas). Além disso, **permaneceram dentro do território os cafezais dos colonos invasores, que acabaram constituindo a primeira experiência de cultura agropecuária do grupo.**

Os Paiter Suruí foram se dividindo em aldeias localizadas principalmente ao longo das linhas 7 a 14, estradas construídas pelos colonos para escoamento da produção de café (ISA, 2023). De acordo com relatos de campo, essa estratégia de distribuição refletia a luta pela ocupação das fronteiras do território, alinhada aos primeiros conflitos e divergências internas entre as famílias e clãs, que se deram a partir do contato com o homem branco.

Conforme relatos de campo construídos a partir de oficinas coletivas, atualmente existem 30 aldeias na TI, conforme distribuição no Mapa 1:

Mapa 1

Localização da Terra Indígena Sete de Setembro



Elaborado por: Tewá 225 com dados da FUNAI (2020) e relatos de campo, para reNature, 2023.

As culturas agrícolas de café herdadas pelas invasões, juntamente de outras culturas iniciadas posteriormente para geração de renda, contribuíram para aumentar os desmatamentos de mata nativa e para a consequente perda de espécies nativas que os indígenas tinham domínio e usavam de forma tradicional (CARDOZO, 2012).

Figura 1
Plantações de café na aldeia Gamir



Fonte: Foto tirada por reNature em visita técnica em abril de 2023.

Nesse período, a Terra Indígena Sete de Setembro passou novamente a sofrer com invasões e desmatamento, promovidos, segundo Naraioke, pela omissão e corrupção de alguns profissionais da própria FUNAI, cujo presidente em exercício no ano de 1986 chegou a assinar contratos ilegais com madeireiras. A presença de especuladores, grileiros, madeireiras e mineradoras passou a ser cada vez mais intensificada na região (NARAIKOE SURUÍ, 2014).

Estes conflitos com os não indígenas levaram os Paiter Suruí a criarem a **primeira organização indígena de Rondônia em 1988: a Associação Metareilá do Povo Indígena Suruí, com o intuito de combater as invasões e o roubo de madeira** dentro de seu território (NARAIKOE SURUÍ, 2014). Segundo relatos ouvidos em campo, cerca de 500 caminhões saíam com madeira da TI todos os dias, fazendo com que alguns dos Paiter usufruíssem da expressiva circulação de dinheiro da época. A Associação passou então a expulsar as madeireiras da TI Sete de Setembro, destituindo as lideranças que vendiam madeira e escolhendo líderes comprometidos com a defesa do meio ambiente.

Apesar de saberem que perderiam certos “benefícios” e investimentos em dinheiro na TI por parte das madeireiras, os Paiter Suruí passaram a defender, junto aos demais povos indígenas do estado, a preservação dos recursos naturais. No entanto, pressionada pela falta de apoio e de recursos para atender às necessidades básicas do território, **a Metareilá sofreu com a perda de adeptos e alguns líderes do território voltaram a fazer acordos com madeireiros a partir de 1991**, contribuindo para que o comércio ilegal de madeira (CARDOZO, 2012) esteja presente até hoje no território - ainda que em pequena escala.

Considerando essas necessidades essenciais não atendidas, os Paiter Suruí passaram a investir em parcerias com instituições estaduais, municipais e entidades não governamentais, com o intuito de encontrar soluções para os conflitos e melhorar sua qualidade de vida. É nesse sentido que diversas **pesquisas e estudos de diagnóstico, etnozootecnia, etnomapeamento e plano de gestão foram desenvolvidos no território, principalmente a partir de 1999**. Todos os projetos desenvolvidos à época, tinham como objetivo a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento econômico sustentável, tratando temas diversos como a proteção territorial, o reflorestamento, a venda de produção agrícola e artesanato, e endereçando com pioneirismo o primeiro projeto indígena do Brasil a negociar a venda de créditos de Carbono.

A relação entre os Paiter Suruí e a natureza é muito estreita⁶, indo além do uso para subsistência e uso medicinal, uma vez que diversos momentos de suas vidas possuem ligação espiritual com determinadas espécies, demonstrando que o desequilíbrio ambiental e a perda destas pode afetar seu modo de vida significativamente.

“[Sobre o caldo do peixe lambari] O caldo é bom quando está com fraqueza, todos podem comer.”

Entrevistado pelo Instituto Kanindé, 2011

“Se eu matar cobra-coral, meu filho pega doença, não sara, pega febre, para febre, pega febre outro dia, pega outro dia, para, pega outro dia, para. Até a criança crescer.”

Entrevistado pelo Instituto Kanindé, 2011

⁶ Apesar dessa forte relação com o meio ambiente, algumas espécies do território encontram-se na lista da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais das Espécies Ameaçadas (IUCN), levantando um alerta sobre a necessidade de preservar a floresta, sendo elas: três espécies listadas como em perigo de extinção (o macaco-barrigudo, o cuxiú e a ariranha); quatro espécies listadas como vulneráveis (a anta, o tatu-canastra, o gato pequeno e a onça-parda); e seis espécies listadas como quase ameaçadas (a onça-pintada, o tamanduá-bandeira, o porco-do-mato, a queixada, o cachorro do mato vinagre, o gato-maracajá e a jaguatirica) (KANINDÉ, 2011).

Para frear as frequentes invasões de terra, recuperar as áreas degradadas e tratar de forma mais estruturada a proteção e conservação de seu território, a Associação Meta-reilá, em parceria com a Associação de Defesa Etnoambiental (Kanindé) e a ACT Brasil, realizaram **em 2000 o Diagnóstico Agroambiental Participativo e o Plano de Gestão de 50 anos da Terra Indígena Sete de Setembro**, em que diversos programas voltados a gestão do território foram desenhados e planejados. Segundo ACT Brasil (2008), o objetivo principal do Plano de Gestão era implementar o Programa Paiterey para a gestão ambiental, estabelecendo procedimentos e diretrizes para o encaminhamento das demandas socioculturais, permitindo condições para o uso responsável dos recursos naturais, garantindo os benefícios necessários, juntamente da valorização da cultura e da conservação do meio ambiente.

Uma das primeiras atividades desenvolvidas no âmbito do Programa Paiterey foi a elaboração do Etnozoneamento Paiterey Garah, um mapeamento da TI Sete de Setembro, realizado de forma participativa com a presença de membros dos quatro clãs, mulheres e organizações indígenas (KANINDÉ, 2011). Nele foram propostas formas de uso de sua terra que respeitassem seus valores culturais e as formas tradicionais de uso, bem como a cosmologia indígena. Foi realizada uma divisão da TI em oito zonas com os principais de uso, de acordo com suas potencialidades e fragilidades, como pode ser observado no Mapa 5.

O etnozoneamento definiu três zonas de uso voltado à conservação e proteção integral do meio ambiente, em que as atividades permitidas são extremamente limitadas: a **zona cultural (Paiterey Karah Katap)**, local habitado pelos ancestrais e onde foram desenvolvidos os valores culturais e a relação espiritual com a natureza; seu objetivo é preservar a relação histórica e garantir o repasse dos saberes para a geração de jovens, de modo a valorizar e fortalecer sua cultura; a **zona Sagrada (Palah at Ah)**, que foi criada para proteger os oito locais sagrados e de manifestação cultural e espiritual identificados pelos Paiter; visando preservar os ambientes naturais em que praticam suas crenças; e a **zona de Proteção Integral (Garah Iter)**, uma área da floresta de cerca de 151.181,31 ha, localizada em um raio de 8km das aldeias e 2km das divisas com as fazendas e com a TI do povo Zoró, que está destinada ao uso responsável dos recursos naturais por meio de serviços ambientais, de modo a proteger a biodiversidade, os rios e nascentes, garantindo as relações culturais e espirituais do Povo Paiter.

Além disso, outras quatro zonas específicas foram planejadas para abarcar a implementação de atividades que visem o desenvolvimento sustentável de seu território: **zona de Caça (Gakorap Ah)**, área em um raio de 10 a 12 km no entorno das aldeias (dentro do limite da Terra Indígena Sete de Setembro), cujo objetivo é realizar a caça e o manejo dos

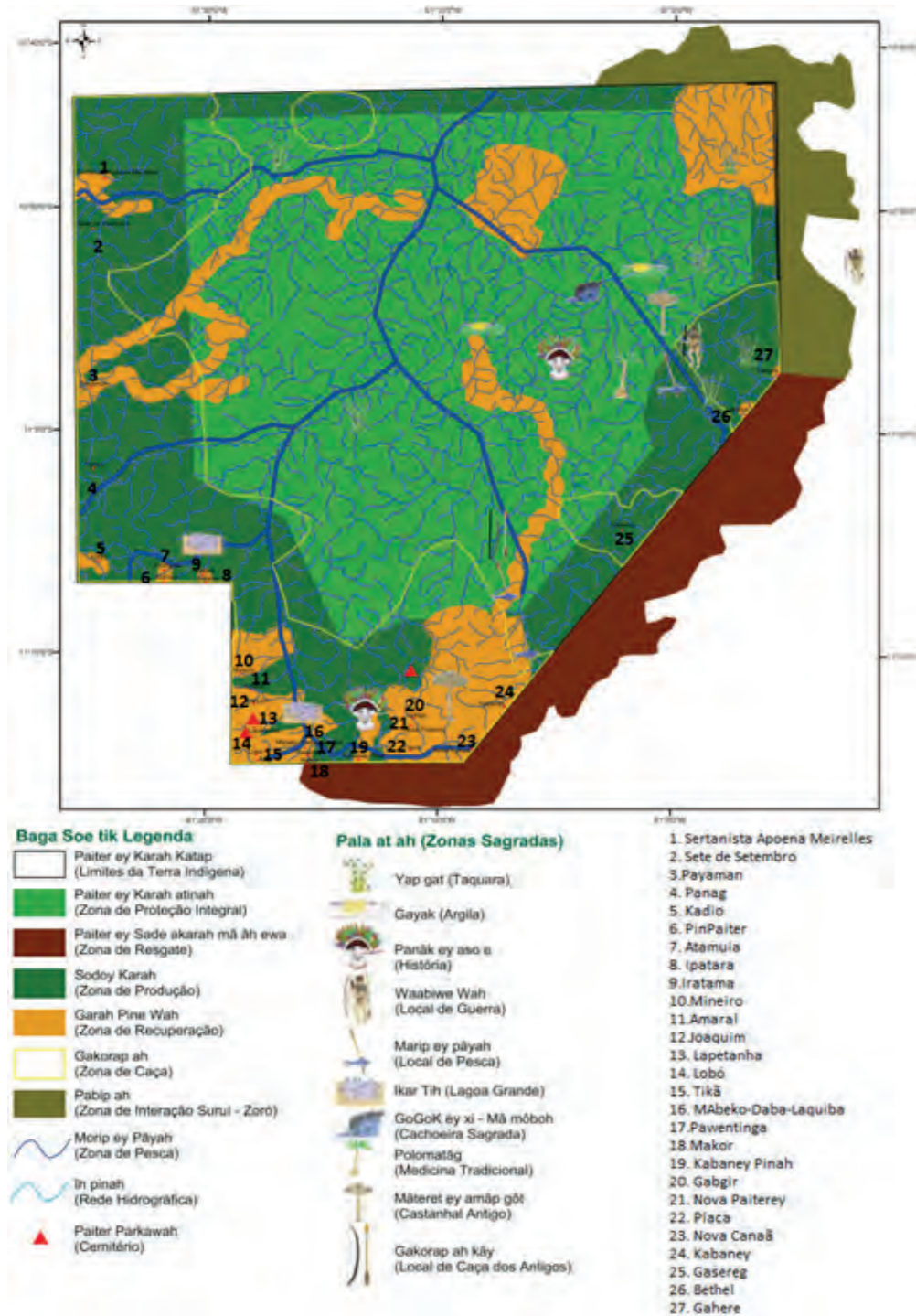
animais silvestres usados no sustento das famílias, preservando a reprodução das espécies; **zona de Pesca (Morip Ey Pāyah)**, que está dividida em duas regiões, a **Moribey Payah**, cujo objetivo é conservar o rio onde os indígenas pescam com maior frequência (Rio Branco e Rio Ribeirão) e a **Ikabeh Alawaon**, ao longo do trecho do rio de uso esporádico pelo povo Paiter (Rio Jacaré), cujo objetivo é ter proteção intensiva para conservar os recursos hídricos e garantir a manutenção dos peixes da região; a **zona de Floresta para o Extrativismo (Garah Alawata)**, área localizada no centro da terra indígena e nas nascentes dos rios e igarapés, em que são permitidas atividades de manejo de uso múltiplo e de pesquisa científica, porém sem a permissão para desmatar; e a **zona de Produção (Sodoy Karah)**: região no interior da terra indígena destinada à produção agrícola sustentável e extrativista, cujo objetivo é fazer o plantio das espécies cultivadas pelos Paiter e realizar o extrativismo de forma sustentável.

Por fim, o documento prevê uma zona de **Recuperação (Garah Pine Wah)**, cujo objetivo principal é recuperar e restaurar a área desmatada ou degradada pelas atividades de pecuária e extrativismo de madeira, bem como os locais dos rios e igarapés onde a quantidade de peixes diminuiu.



Mapa 2

Etnozoneamento Paiterey Garah da Terra Indígena Sete de Setembro



Fonte: Kanindé, 2011.

Cabe salientar que o Cacique Geral Almir Suruí apontou para a **necessidade de atualização deste etnozoneamento, principalmente no que diz respeito a introdução da pecuária** no território, que para ele pode ser alocada nas antigas áreas de cultivo.

“Nós precisamos atualizar o etnozoneamento, nós tínhamos escolhido uma parte do território como área de produção, lá você pode fazer roça para produzir, então se tiver nesse limite teoricamente não teria nenhum problema dos suruí criarem gado, (...) O zoneamento é de 2007, 2008, e não foi atualizado de lá para cá.”

Cacique Geral do povo Paiter Suruí, 2023



2.

Principais
ameaças
à TI hoje

A pesar de as TIs serem ambientes de caráter especial destinadas à posse e ocupação pelos povos indígenas, elas ainda enfrentam diversas ameaças, especialmente devido às **pressões externas e às práticas capitalistas de produção**, que trouxeram impactos significativos para o ecossistema, entrando em conflito com a relação estabelecida entre indígenas e natureza, estabelecendo premissas e concepções completamente distintas. Conforme explicitado por Ailton Krenak:

“A grande diferença que existe do pensamento dos índios e do pensamento dos brancos, é que os brancos acham que o ambiente é ‘recurso natural’, como se fosse um almoxarifado, onde você vai e tira as coisas, tira as coisas, tira as coisas. Para o pensamento do índio, se é que existe algum lugar onde você pode transitar por ele, é um lugar que você tem que pisar nele suavemente, andar com cuidado nele, porque ele está cheio de outras presenças.”

Ailton Krenak, em debate e lançamento do livro integrante da série “Encontros - Ailton Krenak” realizado em Belo Horizonte, em 2015)

No contato com o homem branco e a sociedade capitalista, as populações indígenas brasileiras se depararam com um processo marcado pela **precificação da natureza, especialmente com a extração e venda da madeira** (SILVA e NETO, 2014), impondo um valor econômico à natureza. Isso modificou a relação dos povos indígenas com o meio ambiente, sua cultura e às vezes a própria existência ou extinção dessas populações, causando um impacto sistêmico que afeta diretamente os biomas.

Especificamente no caso amazônico, até o início do século XX, a área consistia em regiões cobertas por mata nativa e habitadas por povos indígenas e outras populações tradicionais. O contexto da implantação do regime militar no Brasil (1964-1984) foi marcado por um projeto de intensa exploração da região, com a aplicação da doutrina de segurança nacional (SILVA e NETO, 2014). Somado a isto, a modernização da agricultura nas regiões Sul e Sudeste também acarretou êxodo rural de agricultores para a Região Norte, contando com políticas de Estado que incentivaram esta dinâmica (ibid.).

Dessa forma, a vegetação natural foi sendo substituída por grandes extensões de pasto para a criação de gado e monocultura. As atividades de mineração para a exploração do ouro e diamantes, além da extração ilegal de madeira, têm causado sérias invasões às TIs e um significativo impacto ambiental, incluindo problemas de contaminação - uma vez que o mercúrio é utilizado em excesso para viabilizar a separação do ouro de sedimentos. Ao longo do mesmo período, houve um aumento no número de invasões de TIs por caçadores e pescadores (LITTLE, 2012).

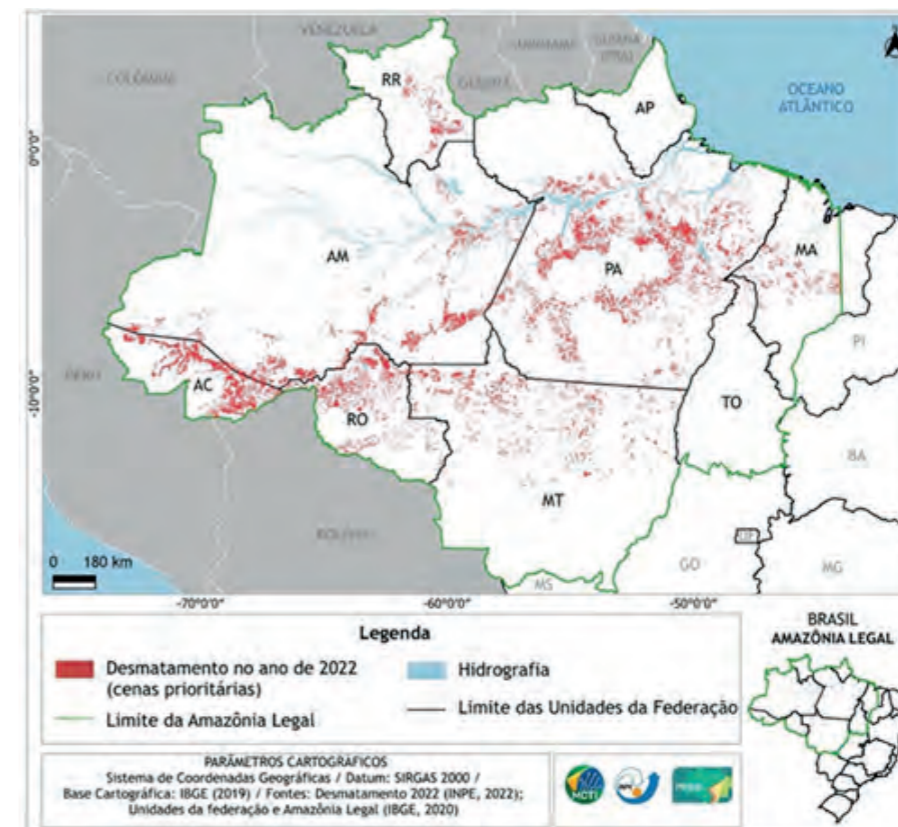
Embora as TIs sejam reconhecidas como territórios de importância e tenham direitos constitucionais, elas não estão incluídas no rol de áreas protegidas para a conservação da natureza, instituídas pela lei 9.985 do ano 2000, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (RICARDO, 2011). Dessa forma, elas **não possuem zona de amortecimento definidas em lei**, o que contribui para o aumento da fragmentação de suas áreas, fazendo com que seu entorno seja **alvo de constante desmatamento acima dos limites permitidos em lei**. Na TI Sete de Setembro essa paisagem é muito significativa: são as cercas da TI que diferenciam a vegetação florestal de dentro da monocultura e pastagem de fora. Isso representa um complexo cenário de ameaças e impacto às mudanças climáticas como um todo, e já vem sendo alertado por populações indígenas há muitos anos.

A complexidade do contexto dos crimes ambientais na Amazônia é significativa, especialmente ao considerarmos os alarmantes níveis de desmatamento atuais. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a ALB perdeu cerca de 13.235 km² de floresta em 2021, um aumento de 21,9% em relação ao ano anterior. Segundo a pesquisa, 87,3% do desmatamento estimado corresponde aos estados do Pará, Amazonas, Mato Grosso e Rondônia. Especificamente em Rondônia, o aumento de desmatamento na ALB entre os anos de 2020 e 2021 foi de 32,1%. Já no ano de 2022, houve uma redução de 11,3% em relação à taxa de desmatamento em âmbito nacional, consolidada pelo PRODES (2021).

Ainda assim, Rondônia está entre os estados com o maior percentual de desmatamento, contribuindo com 13,1% do total da taxa nacional (INPE, 2022).

Mapa 3

Ocorrências de desmatamento identificadas em 2022 pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)



Fonte: INPE, 2022.

Com as lentes para a Amazônia brasileira, é possível afirmar que este é um território que vivenciou e vivencia ainda um conjunto de atividades ilícitas que afetam significativamente a vida dos seus habitantes, inclusive crime organizado e tráfico de drogas. É frente a esse cenário que os Paiter Suruí vem buscando alternativas de reflorestamento, devolvendo à natureza o que lhe foi tirado, atuando enquanto “Guardiões da Floresta” (PAMINE, 2011). Apesar dos esforços levantados nos últimos anos para proteger e conservar o meio ambiente e a cultura tradicional, ainda existem ameaças que incidem dentro do território, considerando o contexto territorial em que a TI está inserida.

Segundo Lopes e Souza (2020), a TI Sete de Setembro apresentou um aumento significativo no desmatamento, especialmente na sua zona de entorno (raio de 3km da TI), que já possuía 66% de sua área desmatada em 2017. Os autores também apontam que, em

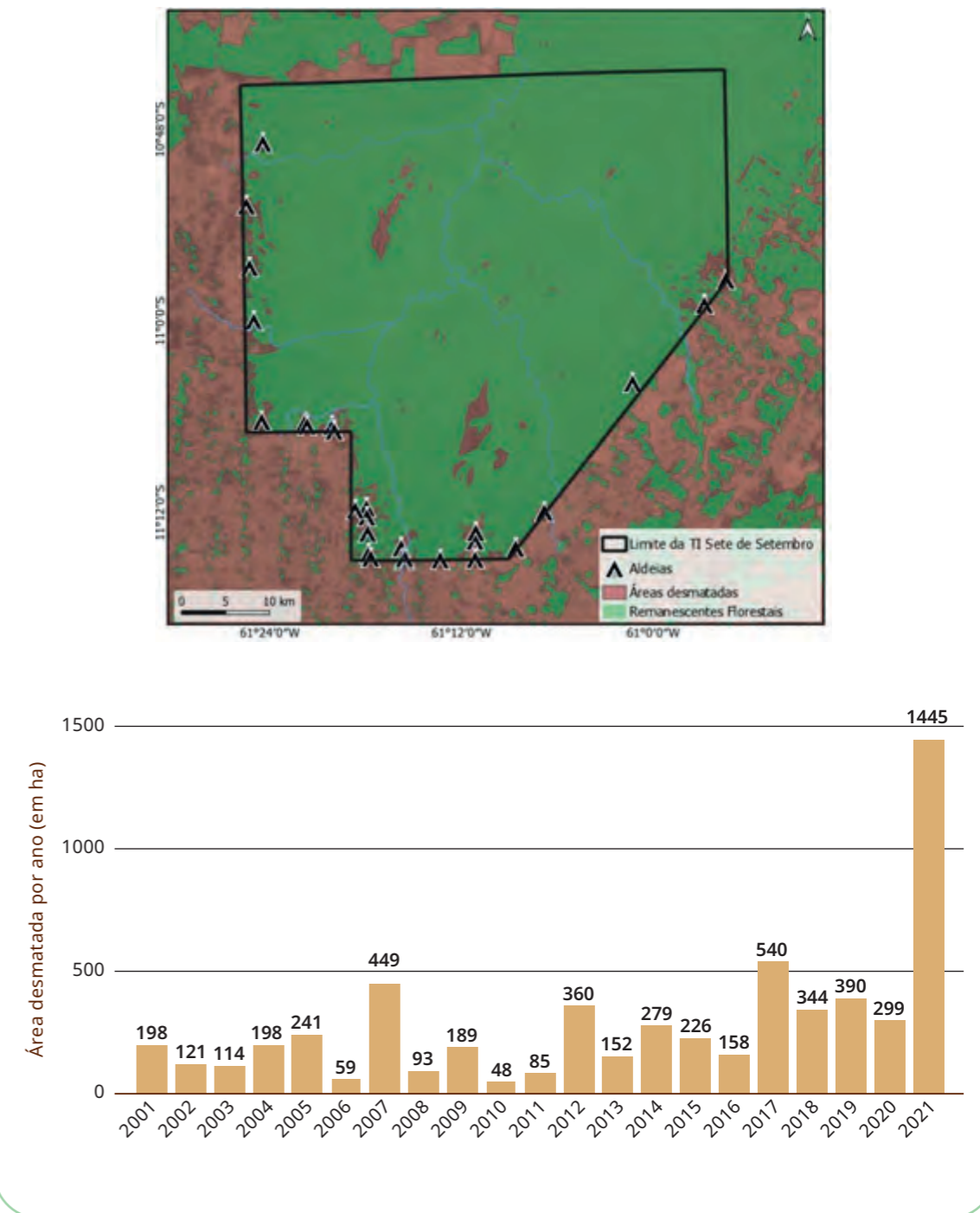
2017, 5.261,4 ha estavam desmatados no interior da TI. Segundo os dados do INPE (2021), a área considerada de remanescente florestal na TI Sete de Setembro é de 235.909,1 ha, representando cerca de 94,8% de sua área original. Não existem unidades de conservação cadastradas nos limites da TI, o que dificulta a preservação e conservação de sua vegetação original.

Dados do ISA (2023) apontam que o desmatamento segue aumentando de forma alarmante nos últimos anos, tendo um aumento de 1,4% em sua área em apenas quatro anos, com destaque para o ano de 2021, em que expressivos 1.445 ha foram desmatados. **A área total desmatada dentro da TI em 2021 foi de 8.724 ha, representando cerca de 3,5% do total da área demarcada da TI Sete de Setembro.**



Figura 2

Mapa de Remanescentes Florestais e gráfico de áreas desmatadas da Terra Indígena Sete de Setembro



Elaborado por: Tewá 225 com dados do INPE (2021) para reNature, 2023.

O aumento expressivo do desmatamento no ano de 2021 pode estar relacionado com a publicação ⁷ da Instrução Normativa Conjunta Nº 1, de 22 de fevereiro de 2021, editada pelo governo de Jair Bolsonaro, em que o IBAMA e a FUNAI atualizaram os procedimentos para o licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades no interior de Terras Indígenas. Essa normativa abriu espaço para a produção agrícola no interior das TIs não apenas pelos indígenas, mas também por meio de associações com produtores não indígenas, proibindo apenas o arrendamento puro e simples, ou seja, o aluguel da terra indígena para os produtores de fora. Conforme relatos de campo, este modelo, ainda que ilegal, é aplicado em algumas negociações.

Em 2023, nos primeiros 100 dias de gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, a Instrução Normativa foi revogada, tendo em vista a compreensão de seus efeitos para o aumento do desmatamento e da invasão de terras indígenas⁸. Considerando as diferentes visões do povo Paiter Suruí, há, de acordo com relatos de campo, aqueles que apoiam e outros que são contrários aos arrendamentos de terra, sendo um tema em constante debate, especialmente entre os jovens e os anciãos. Segundo as lideranças locais, combater a ilegalidade presente no território é um risco à vida, sendo de suma importância a cautela e a visão estratégica para estes casos:

“A questão do desmatamento é em relação à pastagem em grande quantidade. Essa é uma das ameaças que a gente tem, porque isso é incentivado pelo arrendamento de terra. Não é o indígena que derruba a mata pra fazer pastagem, é um fazendeiro que incentiva o indígena, desmata, dizendo que é o indígena, mas ele está abrindo pastagem pra arrendar aquela área desmatada. Essa é uma das ameaças: arrendamento de terra no território Suruí por fazendeiros.”

Vice-Cacique geral do povo Paiter Suruí, 2023

Além disso, **identifica-se pressão por parte de mineradoras e madeireiras para que o governo federal libere determinadas áreas para a exploração⁹.** Segundo o ISA (2023), existem atualmente dois processos de requerimento para pesquisar as potencialidades de minérios na TI Sete de Setembro: um de conglomerado diamantífero pela Funcional

⁷ Instrução Normativa disponível em: <https://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&legislacao=139125>

⁸ Revogação da Instrução Normativa disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/governo-federal-revoga-instrucao-normativa-que-permitia-exploracao-de-madeira-em-terras-indigenas>

⁹ <https://brasil.mongabay.com/2020/03/mineradora-inglesa-anglo-american-quer-explorar-terras-indigenas-na-amazonia/>

Recursos Humanos Ltda. (cuja área requerida é de 133,8 ha); e outro de minério de ferro, pela Mineração Itamaracá Ltda. (cuja área é de 3,6 ha). No entanto, estes requerimentos encontram-se bloqueados desde 2018, em função da Ação Civil Pública n.º 3392-26.2005.4.01.4100/RO.

A falta de fiscalização e punição rigorosa no desrespeito às leis ambientais e de proteção às TIs contribui para que, mesmo com as autuações e prisões da Polícia Federal, o garimpo e a extração de madeira ilegal ainda continuem acontecendo. **Os mineradores e madeireiros fazem investidas contra os indígenas, seja com ameaças de morte ou ofertas de dinheiro ou bens, como carros, em troca do arrendamento de suas terras, gerando mais divergências e conflitos internos.** Além dos indígenas cooptados pelos exploradores, também merece destaque a participação de “funcionários corruptos e coniventes da FUNAI”, que procuram “aliciar” e envolver lideranças indígenas na retirada ilegal de madeira e de minérios (FIOCRUZ, 2009).

“Teve uma época que o povo Suruí explorou muito a sua terra com a retirada de madeira e isso envolveu grande quantidade de dinheiro, Suruí comprava carro, isso, aquilo e acostumaram, quanto mais você tem, você quer mais para poder comprar. Quando acabou madeira, para ter aquele volume de dinheiro, hoje você tem que trabalhar, então essa questão socioeconômica, a dificuldade das famílias está nisso, ou você trabalha de maneira legal e tem um retorno justo; e hoje quem trabalha de maneira legal não tem o retorno justo.”

Vice-Cacique geral do povo Paiter Suruí, 2023

Por fim, é possível mencionar que a **falta da educação financeira intensifica o problema**, uma vez que mesmo os indígenas que produzem e vendem a colheita legalmente não sabem economizar e investir seu dinheiro, aumentando sua situação de vulnerabilidade econômica. Uma vez endividados, estes produtores indígenas tornam-se alvo para os exploradores em busca de terras ou recursos do território.

3.

Acesso a direitos sociais e políticas públicas



Os indígenas representam cerca de 0,4% da população de Cacoal, somando 1.467 pessoas no município em 2010¹⁰, sendo que 76,4% deles habitavam na TI Sete de Setembro (IBGE, 2010). Segundo o ISA (2023) existem hoje cerca de 215 famílias, sendo a maioria da população (84,9%) concentrada na porção da TI localizada no município de Cacoal (RO). Em termos demográficos, as mulheres representam pouco mais de 50% da população e a faixa etária predominante é a das crianças de até 12 anos (ISA, 2023).

De acordo com relatos de campo, pode-se dizer que grande parte das aldeias da TI Sete de Setembro conta com acesso a equipamentos básicos de saúde e educação.

Segundo o INEP (2022), Cacoal possui 63 escolas, das quais 14 são de ensino privado, e 6 estabelecimentos de ensino superior, sendo 4 privados e 2 públicos de esfera federal: o IFRO (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia) e a UNIR (Fundação Universidade Federal De Rondônia). A tabela com todos os equipamentos de educação de Cacoal e seus contatos encontra-se no Anexo 1.

Segundo o INEP (2022) existem 8 escolas dentro da TI Sete de Setembro. A educação escolar indígena, do nível fundamental e médio, é operada dentro das aldeias pela Secretaria de Estado da Educação de Rondônia (SEDUC), que criou a Coordenação Indígena de Rondônia com equipes específicas para atender à demanda escolar dos povos indígenas, contando com políticas estaduais de educação, como a **Formação para Professores Indígenas, o Projeto Açaí (que desde 1997 já formou 255 professores indígenas em duas edições). Outra ação afirmativa foi a realização de concurso público estadual para professores indígenas para o nível fundamental.**

¹⁰ Até o momento de escrita do relatório, não houve divulgação dos resultados do Censo Demográfico de 2022 com as desagregações populacionais para etnia e raça.

Tabela 1
Equipamentos de educação pública dentro da TI

Nome do estabelecimento de ensino	Localização	Categoria Administrativa	Modalidade de Ensino Oferecida	Endereço	Telefone
EIEEFM Izidoro de Souza Meireles	Rural	Pública	Ensino Fundamental, Ensino Médio	Rua Antônio de Paula Nunes, 1259 CRE Cacoal Centro -76963-868 Cacoal - RO	(69) 3441 5428
EIEEFM Sertanista Francisco Meireles	Rural	Pública	Ensino Fundamental, Ensino Médio	Rua Antônio de Paula Nunes, 1259 - SEDUC/ CRE Cacoal Centro 76963-868 Cacoal - RO	(69) 3441 2428
EIEEFM Sertanista José do Carmo Santana	Rural	Pública	Ensino Fundamental, Ensino Médio	Rua Antônio de Paula Nunes, 1259 - SEDUC/ CRE Cacoal Centro 76963-868 Cacoal - RO	(69) 3441 5428
EIEEFM Tancredo Neves	Rural	Pública	Ensino Fundamental, Ensino Médio	Rua Antônio de Paula Nunes, 1259 - SEDUC/ CRE Cacoal Centro 76963-868 Cacoal - RO	(69) 3443 1303
EIEEF Paiterey	Rural	Pública	Ensino Fundamental	Rua Antônio de Paula Nunes, 1259 CRE Cacoal Centro -76963-868 Cacoal - RO	(69) 3441 2428
EIEEFM Noa Surui	Rural	Pública	Ensino Fundamental, Ensino Médio	Rua Antônio de Paula Nunes, 1259 - SEDUC/ CRE Cacoal Centro 76963-868 Cacoal - RO	(69) 3441 5428

Nome do estabelecimento de ensino	Localização	Categoria Administrativa	Modalidade de Ensino Oferecida	Endereço	Telefone
EIEEF João Evangelista Dias	Rural	Pública	Ensino Fundamental	Rua Antônio de Paula Nunes, 1259 CRE Cacoal Centro -76963-868 Cacoal - RO	(69) 3441 5428
EIEEF Kabaney	Rural	Pública	Ensino Fundamental	Rua Antônio de Paula Nunes, 1259 CRE Cacoal Centro -76963-868 Cacoal - RO	(69) 3441 5428

Fonte: Elaborado por Tewá 225 para reNature com dados do INEP (2022).

Relatos de campo apontam que há ao menos 20 escolas dentro da TI com ciclos de ensino fundamental e médio, algumas tendo inclusive áreas de biblioteca. Segundo a percepção dos Paiter Suruí, embora o Governo Estadual afirme que o ensino é diferenciado, **haveria certa repetição do ensino formal dado aos não indígenas**, com contratação de alguns indígenas jovens que pouco conhecem da sua história, para ensinar, na língua Paiter-Suruí, a educação do “branco” (KANINDÉ, 2011) e não um ensino pautado em outras epistemologias. Adicionalmente, há um desafio do Governo Estadual em prover a continuidade da educação após o ensino médio, resultando na migração temporária dos jovens para a cidade ou na interrupção dos estudos.

Segundo os relatos de campo, os **jovens têm como perspectiva realizarem faculdade em diversas áreas técnicas (como enfermagem, direito, medicina, engenharia, entre outras), mas enfrentam dificuldade financeira para acessarem** (tanto a universidade paga, quanto os recursos para se manterem temporariamente na cidade, como aluguel).

“Não tem uma escola padrão e o pessoal tem até o ensino médio aqui e depois tem que sair da aldeia para buscar novos rumos, fazer faculdade, se tiver oportunidade.”

Entrevistado morador da Linha 9, 2023

Nesse sentido, **o diálogo em campo com os jovens suruí evidenciou grande desconhecimento das possibilidades de ensino público**, estadual ou federal, e

acesso a programas e bolsas de estudo. **Entre os pais, há um enorme desejo de aumento da renda familiar para custear o sonho dos jovens em estudar.** Muitos deles ainda são prejudicados pela necessidade de trabalharem para a manutenção da produção agrícola, hoje um dos principais meios de sustento das famílias da TI. Ainda, os jovens que acessaram a universidade o fizeram tanto por meio presencial (em Cacoal) quanto por modalidades de ensino à distância. Segundo dados do IBGE (2010) a maioria da população indígena de Cacoal não possui instrução ou apresenta apenas o Ensino Fundamental incompleto.

Segundo o DATASUS (2023), o município de Cacoal possui 463 estabelecimentos de saúde, dentre eles 13 Unidades Básicas de Saúde e 12 Unidades de Atenção à Saúde Indígena. No âmbito da saúde indígena, o Ministério da Saúde opera dentro das aldeias por meio da FUNASA, implementando a Atenção Básica em Saúde com os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), sendo **a TI Sete de Setembro atendida pelos DSEI Porto Velho e DSEI Vilhena, com sede no bairro central de Cacoal.** Nos casos de saúde com média e alta complexidade, o indígena passa a ser atendido nos equipamentos localizados no município de Cacoal, e não mais dentro da TI. Para esta operacionalização, foi criada em 2010 a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), que atende indígenas aldeados em todo o Brasil, sendo responsável por coordenar e executar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e promover, além da atenção primária à saúde, as ações de saneamento e controle social (TELLUS, 2019).

Tabela 2
Equipamentos de saúde pública dentro da TI

Equipamento	Endereço
Posto De Saúde Indígena Linha 10 Central	Aldeia Linha 10 Central, S/N
Posto De Saúde Indígena Linha 11 Amaral	Aldeia Linha 11 Amaral, S/N
Posto De Saúde Indígena Linha 11 Lapetanha	Aldeia Lapetanha, S/N
Posto De Saúde Indígena Linha 11 Lobo	Aldeia Linha 11joaquim, S/N
Posto De Saúde Indígena Linha 14 Gamir	Aldeia Gamir, S/N
Posto De Saúde Linha 09 Central	Aldeia Linha 09 Central, S/N
Posto De Saúde Linha 12 Anine	Linha 12 Anine, S/N
Posto De Saúde Linha 14 Placa	Linha 14 Placa, S/N

Equipamento	Endereço
Posto De Saúde Da Linha 08	Aldeia Linha 08, S/N
Posto De Saúde Sertanista Aymore Linha 10	Aldeia Linha 10, S/N

Fonte: Elaborado por Tewá 225 para reNature com dados do DATASUS (2023).

Relatos de campo apontam para a existência de equipamentos de saúde em todas as aldeias, o que confere certa dicotomia entre os dados, uma vez que há apenas 10 equipamentos registrados no DATASUS. Durante a realização das imersões de campo para coleta de dados, foi possível observar a atuação das profissionais de saúde nas visitas domiciliares, distribuição de medicamentos e acompanhamento médico de casos, vacinação e retorno de exames médicos, atuando normalmente. No entanto, **a percepção dos indígenas é de que nos serviços de saúde, eles são “mal atendidos”,** tendo muitos deles o desejo de aumentar o rendimento familiar para acessarem a saúde privada.

Um dos aspectos mais sensíveis no que se refere a gestão do Governo para os povos indígenas são os **serviços de saneamento básico, que possuem deficiência quanto à infraestrutura e à capacidade de escala.** Conforme os relatos de campo, hoje a TI não conta com coleta de lixo, sendo a opção da queima priorizada pelas aldeias. Outro aspecto



é que a captação de água se dá por poços e/ou nascentes, com baixa fiscalização quanto à sua qualidade para o consumo humano. **Devido às atividades ilegais de garimpo, a contaminação gradativa das águas na TI passa a se tornar um ponto de atenção** (GARNELO; PONTES, 2012). Dessa forma, conforme relatos das populações locais, os equipamentos são percebidos como precários ou mesmo inexistentes.

“A constituição diz que município e estado podem fazer trabalho em parceria com a União para os povos indígenas e muitos municípios jogam a responsabilidade para a União, muitos Estados acham que não têm [que ter] compromisso [com os indígenas], mas não é verdade, isso é omissão deles.”

Cacique Geral do povo Paiter Suruí, 2023

Figura 3

Banheiro ao ar livre em na aldeia Central (linha 10)



Fonte: Foto tirada por Tewá 225 em visita técnica em abril de 2023

Em contraponto a esta realidade, os marcos regulatórios brasileiros reforçam que deve haver atendimento das comunidades tradicionais, com medidas de saneamento básico, provimento de banheiros e unidades hidrossanitárias domiciliares e educação ambiental para o saneamento envolvendo investimentos público (BRASIL, 2013), provendo assim condições adequadas de salubridade ambiental com soluções compatíveis com suas características socioculturais. Porém, a percepção da população é que falta avançar:

“A saúde pública atende muito fraco para nós aqui: a SESAI, a gente vê aqui na aldeia as obras, banheiros, que não são aqueles banheiros de padrões de um ser humano que vai tomar banho para sair limpo de lá, você vê um banheiro aqui... isso é direito não é um favor que ele poderia fazer pelos povos indígenas e mesmo sabendo que é um direito eles não fazem as coisas como a gente pede para eles.”

Entrevistado morador da Linha 9, 2023

No que tange aos serviços de assistência social, o acesso se dá tanto dentro como fora das aldeias. **Para acessar os equipamentos públicos da assistência social, o povo Paiter Suruí precisa se deslocar ao Centro de Referências situado fora da TI ou aguardar as visitas periódicas das equipes** técnicas da assistência social para atualização cadastral das famílias. Os serviços de assistência social que compõem o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) requerem uma intersetorialidade, utilizando os dados de saúde, reportados pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), e de educação, reportados pela SEDUC de Rondônia.

Estes dados auxiliam na verificação de atendimento das condicionalidades pelas famílias participantes de programas de transferência de renda, especialmente o Programa Bolsa Família (BF), como também o acompanhamento médico e vacinal e a frequência escolar das crianças e adolescentes. **No município de Cacoal, a maioria dos indígenas (79,1%) possui cadastro no Sistema único da Assistência Social e, entre os cadastrados, a maioria (83%) recebe auxílio de Transferência de Renda** (Ministério da Cidadania, 2023), o que denota vulnerabilidade socioeconômica. Conforme os relatos de campo, a dependência dos auxílios e Programa Bolsa Família ainda é grande, sendo fundamental fonte de renda para a subsistência das famílias.

É possível afirmar que não são garantidos ao povo Paiter Suruí todos os direitos sociais básicos do estado brasileiro e a oferta que existe não é considerada satisfatória pelos indígenas. Sobre a atual conjuntura política, os relatos ouvidos indicaram expectativas de um melhor atendimento com a mudança do Governo Federal, que criou o Ministério dos Povos Indígenas e nomeou indígenas e ambientalistas para posições estratégicas:

“Hoje nós estamos em um outro governo, certamente a gente acredita que com a Marina Silva lá (Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Governo Federal), o Rodrigo Agostinho no IBAMA, com Sonia Guajajara no Ministério dos Povos Indígenas e Joenia na FUNAI que poderemos discutir esses assuntos com muita responsabilidade e urgência. Então a gente está num tempo que favorece

“muito a gente, aqueles que querem realmente trabalhar com seriedade, com tecnologia e pesquisa avançada, então para produzir com mais qualidade e quantidade você não precisa desmatar mais na Amazônia.”

Cacique Geral do povo Paiter Suruí, 2023

“Para político não-indígena a questão indígena nunca será prioridade.”

Cacique Geral do povo Paiter Suruí, 2023

A pandemia de COVID-19 também afetou profundamente a população da TI. Em abril de 2020, o DSEI Vilhena publicou um plano de contingência para a COVID-19 entre povos indígenas, com diretrizes e instruções para a vigilância e assistência de casos de infecção, bem como a organização dos profissionais atuantes na saúde indígena (SESAI Cacoal, 2020).

Nesse período também pode-se observar o baixo alcance das políticas públicas no território, uma vez que nas semanas iniciais de isolamento, a população não teve auxílios acerca de alimentação, dependendo da capacidade das roças e comidas que já estavam no território. Após 2 meses, houve a entrega de cestas básicas pela FUNAI (Relatos de Campo), mas segundo a percepção dos líderes, esse esforço dependeu de sua mobilização interna para acontecer.

No segundo semestre de 2020, com 40 casos de COVID-19 confirmados na TI Sete de Setembro e casos suspeitos em mais da metade das aldeias, os Paiter Suruí se mobilizam para denunciar a omissão do poder público frente os casos de infecção e atendimento à saúde dos povos indígenas, que também sofreram com a falta de leitos de UTI (ISA, 2020). A mobilização incluiu campanhas de arrecadação para máscaras de proteção e cestas básicas, cuja higienização, transporte e entrega foram feitos por equipes do DSEI e SESAI (PAITER SURUÍ, 2020).



4.

Produção agropecuária na TI Sete de Setembro



4.1 Caracterização das roças

Para compreender a produção agropecuária na TI Sete de Setembro, serão apresentados dados primários, obtidos a partir da aplicação do *Instrumento para a Avaliação do Desempenho da Agroecologia*, desenvolvido pela agência da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)¹¹, junto aos produtores das cooperativas COOPSUR e Garah Itxa. Entre os entrevistados, 23 são membros da cooperativa Garah Itxa e 27 participam da COOPSUR, totalizando 50 entrevistados. Todos os integrantes da COOPSUR são habitantes da aldeia Gamir, enquanto os entrevistados da Garah Itxa estão divididos nas aldeias Tican, Lapetanha, Lobó, Joaquim, Apoena Meireles, Linha 11, Pabiquibe, Mauíra, Atamuia e Amaral. Adicionalmente, serão estabelecidos comparativos e contrapontos com informações disponíveis no Censo Agropecuário (IBGE, 2017) para o município de Cacoal (RO).

No estado de Rondônia, a agricultura familiar representa uma parte significativa (1/4) da produção agrícola. Em Cacoal, também percebe-se uma grande representatividade da agricultura familiar nos estabelecimentos considerados no Censo Agropecuário - dos 3.814 estabelecimentos de produção agropecuária, 88,1% são de agricultura familiar (IBGE, 2017). Da mesma forma, as lideranças entrevistadas na TI relataram que a agricultura é “majoritariamente baseada em modelos de agricultura familiar”.

“A gente tem uma roça só, a minha família tem uma roça só e a gente trabalha todo junto, pai, mãe, cunhado, neto, sogro.”

Entrevistado morador da Linha 9, 2023

Entre os produtores caicoenses incluídos no Censo Agropecuário, 65 são indígenas (IBGE, 2017), sugerindo que os Paiter Suruí estão sub-representados na pesquisa, uma vez

¹¹ Os dados referentes às lideranças e produtores entrevistados na TI Sete de Setembro é resultado da aplicação em campo de uma adaptação do Instrumento para a Avaliação do Desempenho da Agroecologia, que consiste na Caracterização da Transição Agroecológica (CAET) (FAO, 2019). Os entrevistados foram agricultores indígenas cooperados, ouvidos nas aldeias Gamir e Lapetanha em junho de 2023 pela consultoria Tewá 225.

que somente entre os produtores formalmente cooperados que residem na TI Sete de Setembro, o número passa das centenas. Para os Paiter Suruí, **a produção agropecuária comercial surge como meio principal de geração de renda** e para garantir qualidade de vida, em um contexto extremamente dependente da dinâmica de trabalho e da cultura do homem branco. Porém, **a produção também é vista como desenvolvimento aliado ao bem-estar da floresta**, biodiversidade e de suas tradições.

“A gente vivia bem, (...) hoje a gente não tem conseguido dinheiro. Naquele tempo a gente vivia de caça, pesca e plantava mandioca. Eu não posso andar a pé, preciso de moto, de gasolina, chegou muito perto de mim. Onde eu posso arrumar dinheiro?”

Entrevistado morador da Linha 10, 2023

“Nossa luta é essa, que é possível desenvolver economicamente com a floresta, com a cultura, com um planejamento bem responsável, eu posso dizer que a agricultura bem planejada não é inimiga da floresta.”

Cacique Geral do povo Paiter Suruí, 2023

A grande maioria dos produtores agrícolas de Cacoal são homens (86,5%), enquanto as mulheres representam 13,5%. Apesar desta diferença significativa, ela é ainda mais aprofundada entre os produtores indígenas identificados pelo Censo Agropecuário, que são todos (100%) homens (IBGE, 2017). Ao considerar a expressividade dos Paiter Suruí e da TI Sete de Setembro na população indígena do município, pode-se relacionar esse dado às práticas culturais de divisão do trabalho, nas quais os homens são tradicionalmente responsáveis pela produção e as mulheres têm outras funções produtivas, como a cerâmica, artesanato e coleta de matéria-prima, de acordo com relatos de campo. **Entre os produtores entrevistados na TI Sete de Setembro, 94% são homens.**

“Nós, as mulheres também temos nosso trabalho, que é mais no ramo do artesanato cerâmica (...) ferramentas de trabalho.”

Entrevistada moradora da TI, traduzido por liderança local, 2023

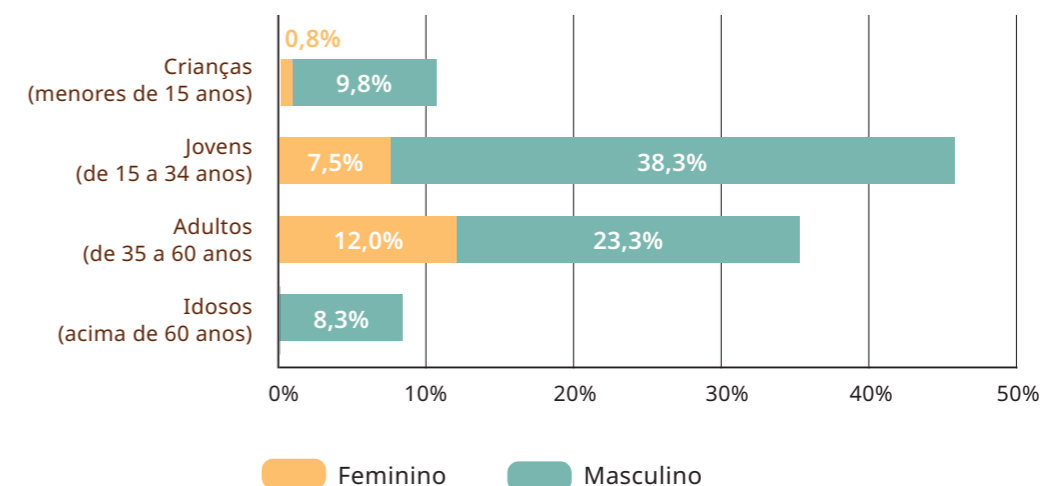
A maioria dos produtores de Cacoal (26,4%) têm entre 45 e 55 anos, assim como a maioria dos produtores indígenas (27,7%) ouvidos pelo Censo Agropecuário. Há, entre eles, maior representatividade de jovens em relação ao restante dos produtores de Cacoal; a segunda faixa etária com maior representatividade no município é a de 55 a 65 anos (21,9%), enquanto entre os indígenas é a faixa entre 25 e 35 anos (26,2%) (IBGE, 2017). O perfil da maioria dos produtores da TI Sete de Setembro entrevistados em campo segue a ten-

dência dos produtores indígenas identificados pelo Censo Agropecuário, sendo homens, jovens e adultos.

Em sua maioria, os produtores entrevistados da TI são do sexo masculino e jovens (de 15 a 34 anos), parcela que corresponde a 38,3% deles, seguidos de homens adultos (35 a 60 anos), a maior representatividade de mulheres (12%) está na faixa de 35 a 60 anos. Destaca-se também a participação na produção rural de homens idosos acima de 60 anos (8,3%) e crianças abaixo de 15 anos (9,8%).

Gráfico 1

Pessoas que moram com o produtor rural e trabalham na produção rural na TI, por faixa etária e sexo



Fonte: Questionário FAO aplicado em campo por Tewá 225, 2023.

Segundo o Censo Agropecuário, o analfabetismo é maior entre os produtores indígenas (15,9%) em relação ao restante dos produtores de Cacoal (9,1%). Quanto ao nível de instrução formal dos produtores, destaca-se que entre os indígenas, a maioria possui Ensino Médio Completo (46,4%) ou não possui instrução formal (27,5%) (IBGE, 2017). Na TI Sete de Setembro, as dificuldades de acesso à educação influenciam diretamente na decisão dos jovens em se tornarem produtores agropecuários após finalizarem o ensino médio.

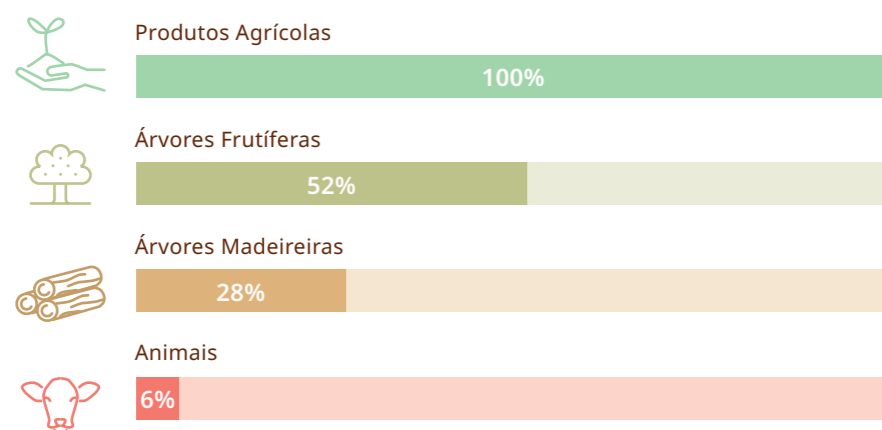
“A gente tem uma grande dificuldade de os jovens seguirem seus estudos (...) por isso a atividade que eles vão fazer é a agricultura”

Vice-Cacique geral do povo Paiter Suruí, 2023

Segundo as informações do Censo Agropecuário, a maioria dos produtores de Cacoal (67,1%) está envolvido com a pecuária, seguido de 26,6% que estão envolvidos com a produção em lavouras permanentes (IBGE, 2017). **Em relação aos produtores entrevistados na TI, destaca-se que todos (100%) possuem produções agrícolas e mais da metade (52%) produz árvores frutíferas**, enquanto uma parcela menor (28%) produz árvores madeireiras. **Poucos entrevistados (6%) relataram possuir produções de animais/ produtos animais**, incluindo peixes, sendo uma disparidade significativa em relação aos produtores de Cacoal.

Gráfico 2

% de produtores entrevistados por tipo de produção



Fonte: Questionário FAO aplicado em campo por Tewá 225, 2023.

Ainda que sua representação na amostra de entrevistados tenha sido baixa, identifica-se a presença da pecuária de bovinos dentro da TI. Segundo relatos de campo, há casos de desmatamento de terras crescentes na última década para serem alugadas por fazendeiros ou utilizadas pelos indígenas, em menor quantidade, **sendo estimada a existência de mais de 1.500 cabeças de gado no território, das quais em torno de 200 pertenceriam efetivamente aos indígenas.**

“Tem muita pecuária dentro do território, então nos últimos 10 anos os Suruís vem desmatando bastante para alugar fazenda para fazendeiros terem gado. Ano passado (2022) eu tive acesso a uma pesquisa que foi feita que aqui no território tinha ao todo mais de 1.500 cabeças de gado e do próprio indígena chegava a 180, 200 cabeças de gado.”

Cacique Geral do povo Paiter Suruí, 2023)

A produção pecuária não é apenas prejudicial ao território Suruí pelo desmatamento e ocupação de terras, mas também pelo fato de que o **gado se alimenta de algumas das plantações de subsistência ou até mesmo da produção comercial**, quando colocados lado a lado. Para alguns produtores, isso representou a necessidade de levarem as lavouras de café e banana floresta adentro, em nome de não perderem a produção.

Figura 4

Gado criado em terras arrendadas por não indígenas na aldeia Gamir



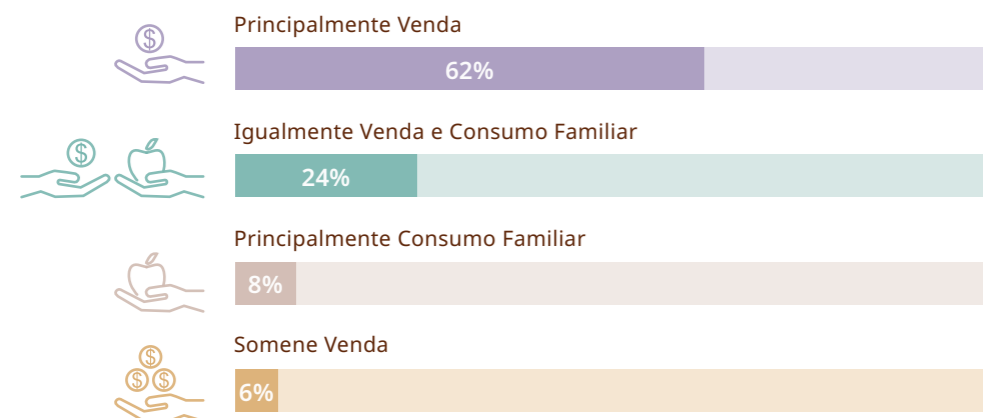
Fonte: Foto tirada por Tewá 225 em visita técnica em abril de 2023.

A maior parte da produção dos entrevistados é destinada principalmente à venda, com uma pequena parte destinada ao consumo familiar (62% dos produtores), enquanto 24% dos produtores apontaram que sua produção é voltada igualmente à venda e consumo familiar. A minoria dos entrevistados (6%) destina a

produção apenas à venda, sem consumo familiar, sugerindo que, mesmo com a venda, **a agricultura serve de forma significativa ao propósito da subsistência para os produtores Paiter Suruí.**

Gráfico 3

Principal destino da produção dos entrevistados

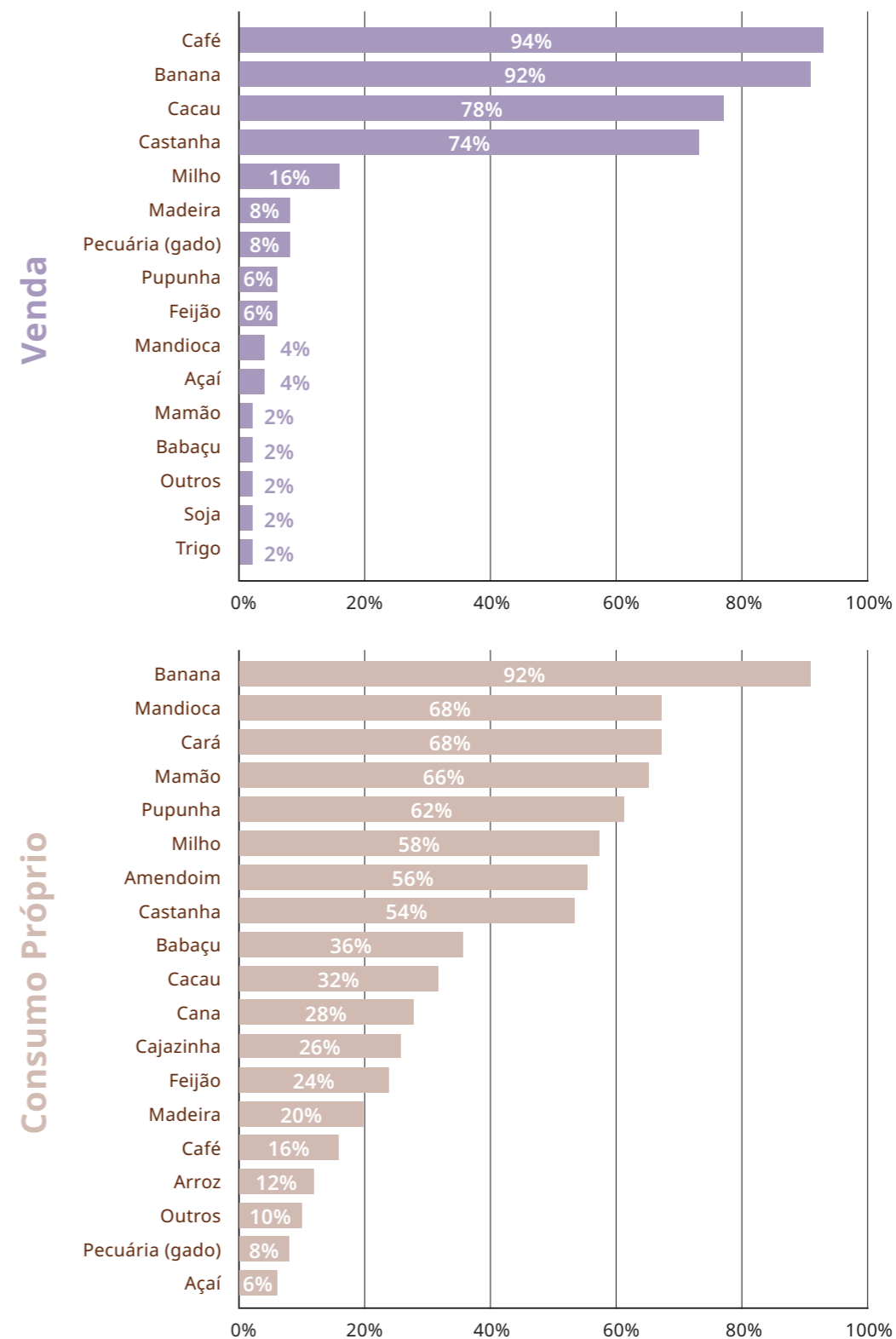


Fonte: Questionário FAO aplicado em campo por Tewá 225, 2023.

O setor agropecuário representa 19,6% do PIB anual de Cacoal e o IBGE (2017) destaca as produções de arroz, banana, cana-de-açúcar, feijão, cacau, café, mandioca, melancia, milho, soja e tomate. Já entre os entrevistados na TI, a **produção de café é o foco dentre as culturas para venda**, sendo produzido pela vasta maioria dos produtores (94%), **seguida da banana, que 92% dos entrevistados produzem para a venda, sendo a cultura mais produzida também para consumo próprio.** Em seguida, o cacau e a castanha aparecem como produções mais significativas para a venda. As demais culturas são produzidas para a venda em menor quantidade, como o milho (16%), madeira (8%) e a pecuária (8%). Em relação à produção para consumo próprio, a mandioca e o cará são produzidas de forma significativa por 68% dos entrevistados, seguidas do mamão (66%), pupunha (62%), milho (58%), amendoim (56%), castanha (54%), babaçu (36%) e cacau (32%), o que coincide com a alimentação tradicional Paiter.

Gráfico 4

Culturas produzidas pelos entrevistados na TI, por utilidade



Fonte: Questionário FAO aplicado em campo por Tewá 225, 2023.

4.2 Caracterização do nível de transição agroecológica dos entrevistados na TI Sete de Setembro

Instrumento para a Avaliação do Desempenho da Agroecologia ou "TAPE" (FAO, 2019), é uma estrutura analítica que incorpora os principais atributos de várias metodologias de avaliação multidimensional existentes, usando a agroecologia para avaliar a sustentabilidade e medir o desempenho multidimensional dos sistemas agrícolas. O TAPE foi aplicado na forma de questionário coletivo na TI, com os cooperados da COOPSUR e da Garah Itxa separadamente.

A seguir veremos que essa classificação foi utilizada para avaliar o nível de transição dos sistemas dos produtores entrevistados com relação aos 8 elementos da Agroecologia cujos dados foram coletados em campo: Diversidade, Sinergia, Co-criação e Partilha de conhecimento, Reciclagem, Eficiência, Economia Circular e Solidariedade, Resiliência e Cultura e Hábitos Alimentares, com o nível de transição agroecológica agregado (CAET) sendo representado no gráfico 13. A legenda da classificação dos níveis de transição agroecológica pode ser observada na Tabela 3 a seguir.

Tabela 3
Classificação de transição agroecológica de acordo com a FAO (2018)

Pontuação do Índice	Nível de transição agroecológica	Classificação do sistema
0	abaixo de 40%	sistema convencional
1	40 - 50%	sistema convencional com elementos de sustentabilidade
2	50 - 60%	sistema em transição inicial
3	60 - 70%	sistema em transição
4	acima de 70%	sistema agroecológico

Fonte: Elaborado por Tewá 225 para reNature, 2023.

Diversidade

Diversidade de plantações, animais, árvores, serviços, atividades e produtos em um sistema agropecuário.

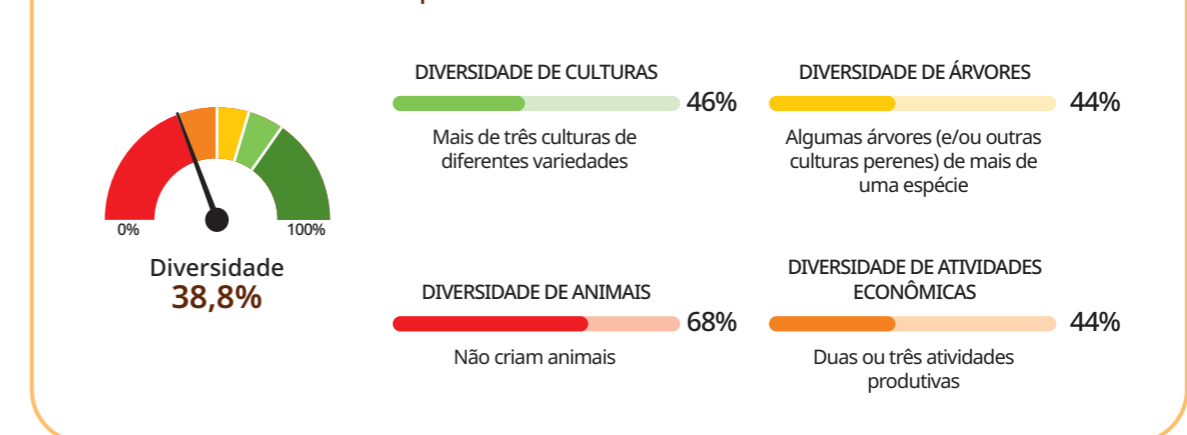
A diversidade da produção é fundamental para a resiliência do sistema, diversidade nutricional e sustentabilidade da produção. Entre os produtores entrevistados na TI, a maior parte (46%) produz mais de três culturas, 24% produz duas ou três culturas e **a minoria entre eles (6%) produz em regime de monocultura.**

Em relação à quantidade de espécies produzidas, a maioria dos entrevistados (44%) possui árvores de mais de uma espécie em seu sistema produtivo, mas uma porção significativa (32%) apontou ter poucas árvores, apenas uma espécie. Tudo isso representa para eles também um significativo estoque de sementes - "às vezes a gente planta não para consumir, mas para não perder a semente" (relato de campo). Em relação à diversidade da produção de animais, 68% não criam animais e 22% criam apenas uma espécie.

A presença significativa de produtores com diversas culturas é um ponto positivo para a biodiversidade do sistema e ambiente ao redor, assim como para a saúde do solo e diversidade de produtos oferecidos à venda, o que pode auxiliar na estabilidade da renda caso haja desvalorização de algum produto em específico. **Grande parte (44%) dos produtores exerce entre duas ou três atividades produtivas**, enquanto 34% exerce mais de três, sugerindo uma diversidade econômica para seus sistemas.

Gráfico 5

Diversidade dos sistemas produtivos dos entrevistados na TI



Fonte: Questionário FAO aplicado em campo por Tewá 225, 2023.

Sinergia

Integração de elementos, gerenciamento do solo e conectividade com o ambiente

O conceito de integração é referente à sinergia desses elementos com o sistema produtivo; ou seja, quando os diferentes componentes do sistema têm interações positivas; por exemplo, as árvores do sistema podem oferecer produtos (por exemplo, frutas, madeira ou biopesticidas), ou serviços (por exemplo, sombra para animais, aumento da fertilidade do solo ou barreira para a erosão do sol). Entre os entrevistados, a maioria (72%) produz sem integração com animais no sistema. Metade (50%) produz com uma baixa integração com árvores, possuindo um pequeno número que fornece apenas um produto ou serviço.

Quanto a gestão do sistema solo-plantas, a maior parte dos entrevistados (44%) produz com atenção à saúde do solo, cobrindo-o todo com restos de cultura e cobertura viva, além de praticar a alternância de culturas regularmente, enquanto o restante dos produtores relataram cobrir o solo em diferentes níveis. Apenas 4% dos produtores da TI entrevistados deixam o solo descoberto após a colheita.

A conectividade também é um conceito de sinergia importante do sistema produtivo, que considera o quão conectado o sistema está com a paisagem em seu entorno, sendo um ponto fundamental para que a produção cause menor impacto ambiental. Um sistema produtivo com alta conectividade é quase como uma continuidade do ambiente natural, mantendo as relações e dinâmicas do seu entorno, como a biodiversidade e qualidade do solo. Para estimar a conectividade de uma produção, é considerada a zona de compensação ecológica do sistema e a variedade de elementos de paisagem entre as parcelas de terra cultivada.

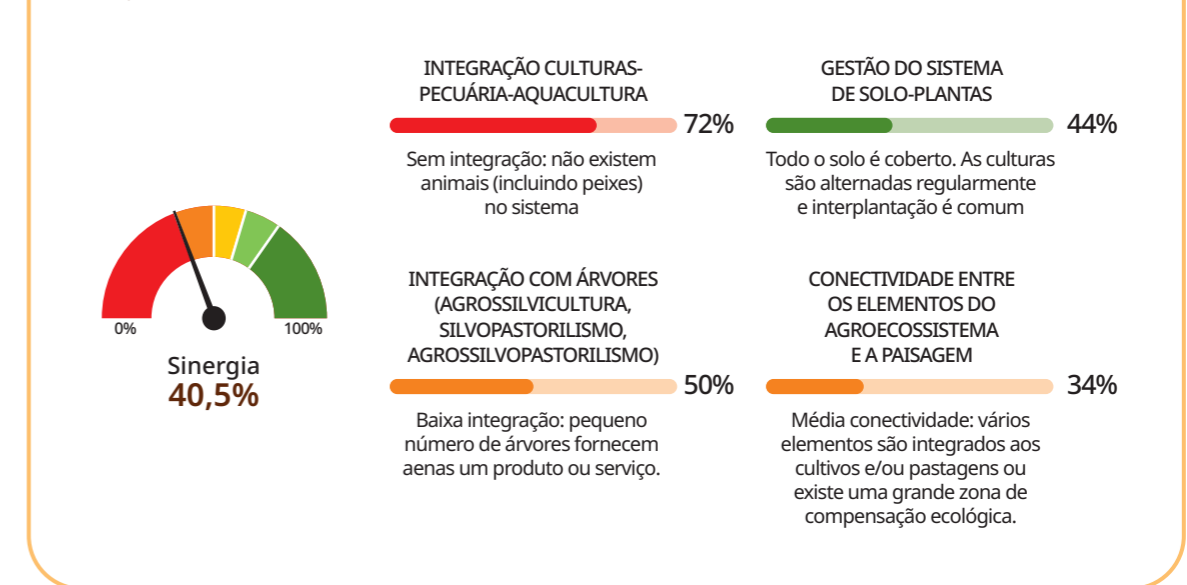
A maior parte dos entrevistados (34%) relatou possuir uma média conectividade do sistema, com vários elementos integrados aos cultivos, seguido de 26% que relatou uma baixa conectividade. 22% dos entrevistados relataram uma conectividade significativa em seus sistemas e 4% apontaram uma alta conectividade, resultando em sistemas produtivos integrados com o ambiente, causando menores perturbações ao seu entorno; no outro extremo, uma **parcela significativa dos produtores (14%), mesmo que não majoritária, apontou que seus sistemas não possuem conectividade,** o que se torna um ponto de atenção, uma vez que essas produções podem causar maior impacto ambiental.

Embora haja porcentagens significativas de produtores com baixa conectividade ambiental em seus sistemas, é perceptível que nessas produções há **o potencial de aumentar a conexão dos cultivos e ecossistema,** uma vez que a maioria dos entrevistados já possui algum nível de

integração com árvores ou outras espécies perenes, culturas variadas e relatos de que **princípios de agroecologia fazem parte das práticas tradicionais de agricultura dos Suruí.**

Gráfico 6

Sinergia dos sistemas produtivos dos entrevistados na TI



Fonte: Questionário FAO aplicado em campo por Tewá 225, 2023.

Eficiência

Uso de recursos externos, manejo de pragas, fertilidade e produtividade

No que diz respeito à eficiência dos sistemas produtivos, **a maior parte (42%) dos produtores relatou adquirir a maioria dos recursos necessários para a produção no mercado externo,** em contraponto a 8% que produz todos os recursos na própria propriedade. Entre os recursos necessários para a produção incluem-se os necessários para cuidado do solo, fertilização, manejo de pragas, água e até as sementes. **Para 40% dos entrevistados, a produção cobre as necessidades alimentares da família e o excedente gera dinheiro para comprar itens essenciais, mas não permite poupanças.** Já para 34%, a produção cobre apenas as necessidades alimentares da família, sem a geração de excedentes.

A falta de orientação técnica relatada também afeta a qualidade do solo, das águas e biodiversidade, uma vez que há relatos de produtores fazendo uso indiscriminado de pesticidas e/ou fertilizantes sem grande conhecimento dos riscos (inclusive à própria saúde). Apesar

da produção agrícola orgânica não ser praticada de forma unânime pelos Suruí, ela é majoritária entre os produtores cooperados entrevistados: **84% não utilizam fertilizantes sintéticos, cuidando da fertilidade do solo apenas com práticas orgânicas, e 82% não utilizam pesticidas e medicamentos químicos, gerenciando pragas e doenças com substâncias biológicas e medidas de prevenção.** Ainda que uma parcela faça uso, existe o desejo em algumas aldeias de ter uma produção totalmente orgânica no futuro, o que demanda acompanhamento, orientação e certificação por entidades externas.

“Muita gente usava veneno porque não tinha muita orientação técnica [de] que era prejudicial pro solo, pro meio ambiente. O que queriam era alta produtividade e não sabiam os riscos. Ao conhecer tudo isso, muita gente abandonou a questão do veneno.”

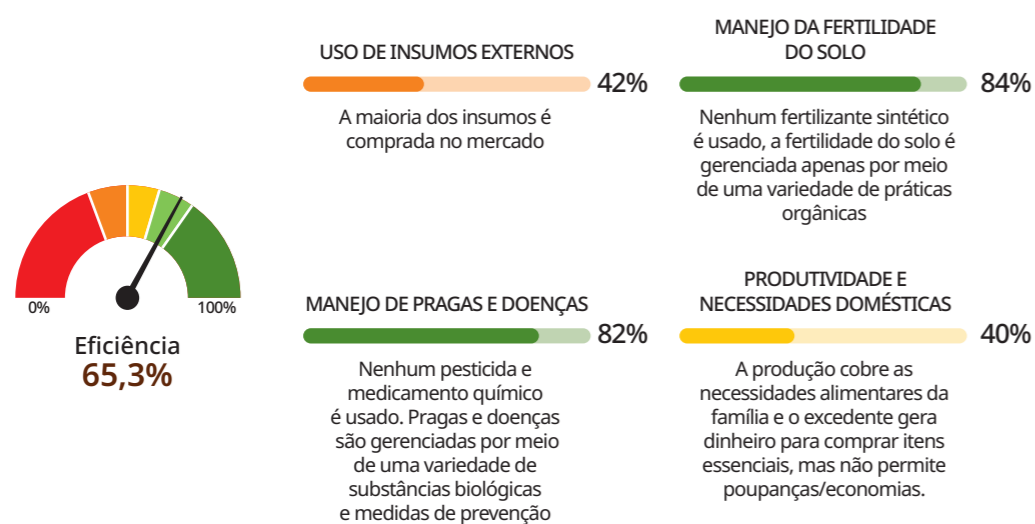
Vice-Cacique geral do povo Paiter Suruí, 2023

“Não [se] tem uma aldeia que é totalmente orgânico, vai muito pelo produtor, e tem produtor que fala que é orgânico, mas a gente não tem certeza. Mas a gente precisa ir visitando mesmo pra a gente poder dizer qual aldeia é mais orgânica.(...) a grande parte dos produtores concentra diretamente pra questão orgânica. (...) tem gente que usa ainda [venenos]. Na nossa aldeia a gente quer erradicar totalmente isso.”

Vice-Cacique geral do povo Paiter Suruí, 2023

Gráfico 7

Eficiência dos sistemas produtivos dos entrevistados na TI



Fonte: Questionário FAO aplicado em campo por Tewá 225, 2023.

Reciclagem

Re-utilização de resíduos, produção e economia de energia e água e manejo de recursos

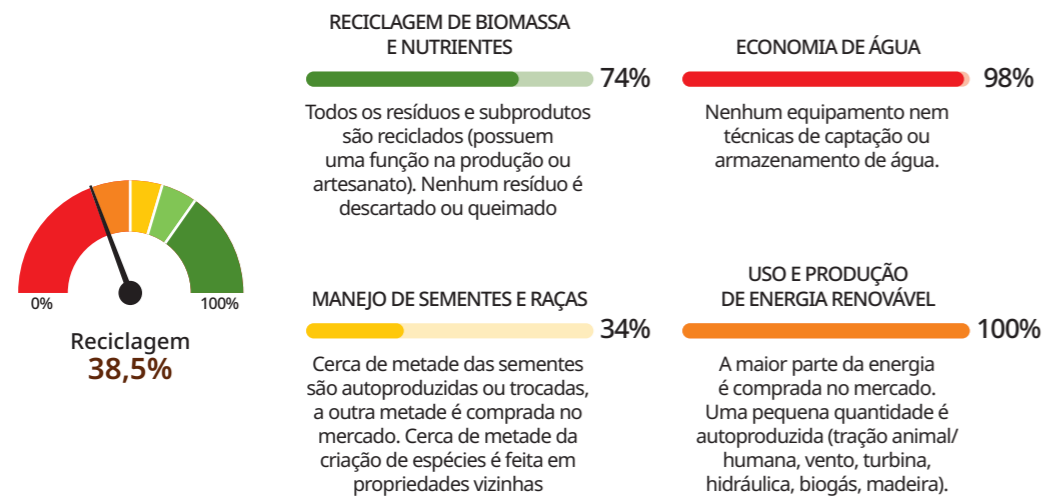
Em consonância com o dado de cobertura do solo, 74% dos produtores praticam técnicas de reciclagem na produção, em que todos os resíduos e subprodutos são reciclados (possuem uma função na produção ou artesanato) e nenhum resíduo é descartado ou queimado. Em contraponto, apenas 4% dos produtores não reciclam os subprodutos e resíduos de sua produção, queimando ou descartando-os. A presença dessas técnicas também é indicativa do cuidado com o impacto ambiental causado pela produção agrícola e a transmissão do conhecimento ancestral às novas gerações.

As técnicas de captação e armazenamento de água e também a produção de energia renovável não são comuns aos produtores entrevistados da TI. Destaca-se que quase todos (98%) os produtores apontaram não possuir nenhuma técnica ou equipamento para captação e armazenamento de água e todos (100%) relataram acessar a energia de mercado e não autoproduzida. **A produção própria de energia e captação de água demanda equipamentos específicos e acesso a informações** e orientações técnicas para ser feita de forma adequada e eficiente.

Apenas 4% dos produtores entrevistados apontam que todas as sementes são produzidas, trocadas com outros agricultores ou gerenciadas coletivamente. A maior parte (34%) produz ou troca cerca de metade das sementes, sendo a outra metade comprada no mercado. **A produção, troca e gestão coletiva de sementes fortalece a autonomia do agricultor, renovação e diversidade das espécies plantadas** e pode apoiar a proteção de espécies nativas cultivadas, com iniciativas como viveiros de mudas.

Gráfico 8

Reciclagem dos sistemas produtivos dos entrevistados na TI



Fonte: Questionário FAO aplicado em campo por Tewá 225, 2023.

Resiliência

Estabilidade da produção, vulnerabilidade e renda

Ao considerar as combinações de técnicas utilizadas em sua produção, **a maioria dos produtores entrevistados (80%) considera que seu sistema tem uma forte capacidade de se adaptar às mudanças climáticas**, mesmo frente a choques climáticos no ambiente local. As mudanças climáticas afetam atualmente de forma significativa os produtores brasileiros, em situações como alteração dos regimes de chuva ou temperaturas extremas. Esses fenômenos podem impactar a produtividade das colheitas, por exemplo, e é estimado que a produção agrícola por hectare diminuirá 18% no país em 2030, sendo as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste as mais afetadas. Tanure (2020) estima que a agricultura familiar no estado de Rondônia poderá ter uma diminuição de 20,1% em sua produção entre 2021 e 2050.

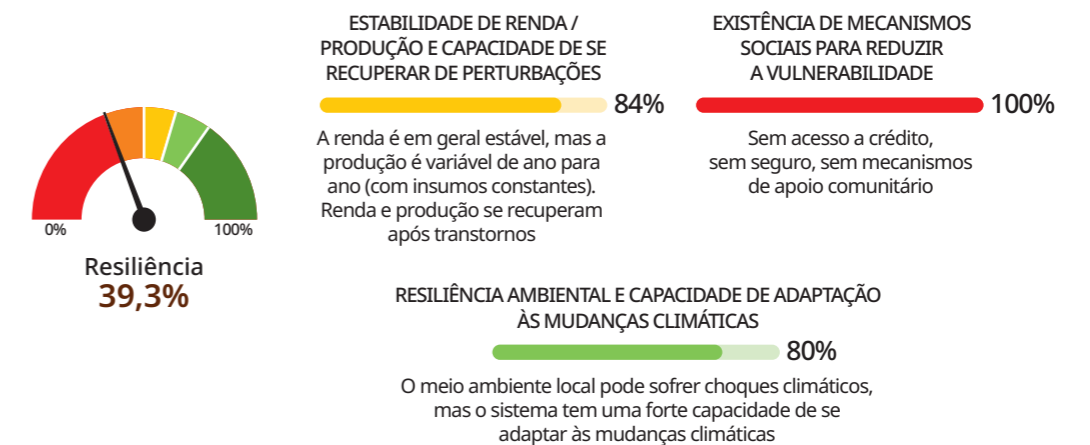
Apesar da existência de importantes projetos para o escoamento da produção agrícola, e da maioria dos produtores (84%) relatar que a renda é relativamente estável, destaca-se que **as vias de comercialização atuais não são suficientes para suprir as necessidades financeiras** da comunidade. A venda da saca de café pelo contrato com a Três Corações é feita ao preço do mercado local de Rondônia (em torno de R\$586,33, segundo a CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento), com a possibilidade de pagar um prêmio de

qualidade de até 100%. No entanto, ter apenas esse parceiro comercial não é visto como suficiente pelos produtores, com uma necessidade relatada de diversificação de negócios, incluindo agregar valor a outros produtos de TI.

Destaca-se que **todos os respondentes (100%) apontaram que não têm acesso a crédito, seguro ou mecanismos de apoio comunitário**. Apesar dos apontamentos de falta de acesso dos Suruí às políticas públicas de inclusão produtiva, programas federais e estaduais estão presentes no município, auxiliando os produtores agrícolas em seu fluxo produtivo, como o PRONAF, PAA e PNAE, beneficiando a agricultura familiar via linhas de crédito e garantindo a comercialização. A descrição destes programas e forma de ingresso podem ser consultados no Anexo 2.

Gráfico 9

Resiliência dos sistemas produtivos dos entrevistados na TI



Fonte: Questionário FAO aplicado em campo por Tewá 225, 2023.

Cultura e Hábitos alimentares

Conhecimentos de nutrição, conhecimentos tradicionais e identidade local

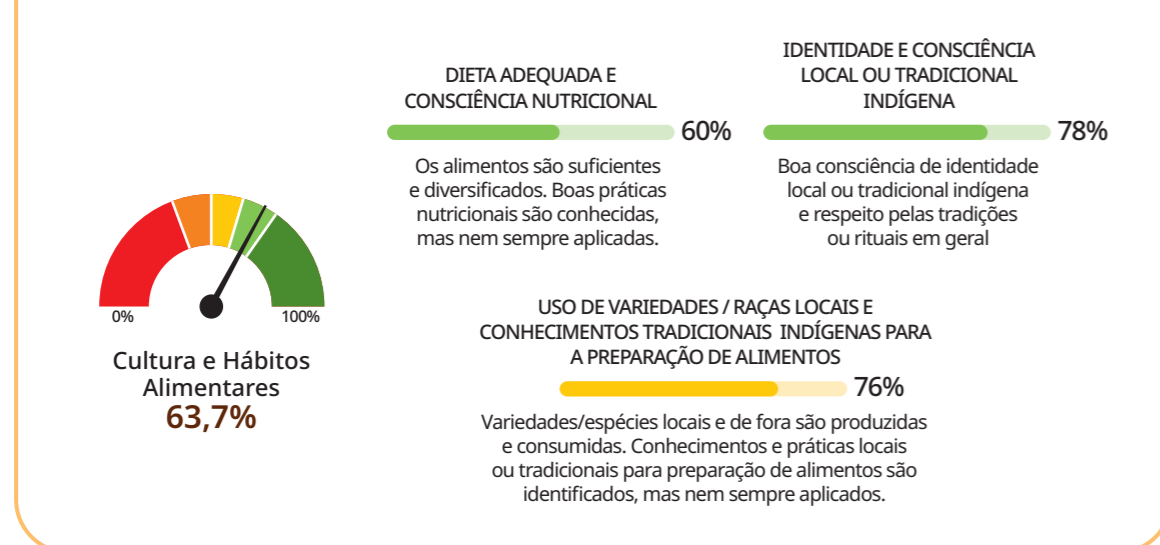
As práticas culturais tradicionais, incluindo hábitos de alimentação, são também presentes nas vidas dos produtores rurais entrevistados na TI: a maioria (78%) afirmou ter “Boa consciência de identidade local ou tradicional indígena e respeito pelas tradições ou rituais em geral”, e uma minoria (2%) respondeu ter pouca consciência de identidade local. **Os conhecimentos e práticas tradicionais da cultura Paiter para preparação de alimentos são familiares para 76% dos respondentes, mesmo que nem sempre aplicados.**

Considerando que a produção da alimentação tradicional é majoritariamente feita em suas roças familiares, apenas 4% afirmam que a maioria das espécies consumidas em casa são de fora e que possuem pouco conhecimento sobre as práticas tradicionais. A maioria dos respondentes (60%), diz que “os alimentos são suficientes e diversificados. Boas práticas nutricionais são conhecidas, mas nem sempre aplicadas”, porém, é notável que **para uma parcela significativa dos produtores (20%), há “falta periódica de alimentação para atender às necessidades nutricionais e falta de conhecimento das boas práticas nutricionais”,** sugerindo que a segurança e soberania alimentar dessa população estão em risco.

Destaca-se que **todos os respondentes (100%) apontaram que não têm acesso a crédito, seguro ou mecanismos de apoio comunitário.** Apesar dos apontamentos de falta de acesso dos Suruí às políticas públicas de inclusão produtiva, programas federais e estaduais estão presentes no município, auxiliando os produtores agrícolas em seu fluxo produtivo, como o PRONAF, PAA e PNAE, beneficiando a agricultura familiar via linhas de crédito e garantindo a comercialização.

Gráfico 10

Cultura e Hábitos alimentares dos entrevistados na TI



Fonte: Questionário FAO aplicado em campo por Tewá 225, 2023.

Co-criação e Partilha de Conhecimentos

Acesso ao conhecimento agroecológico, plataformas de troca de informações e organizações de produtores

Na vivência de campo na TI Sete de Setembro, foram **identificados casos de sistemas integrados e diversos, inclusive para as produções com finalidade de vendas, como o café.** As roças de café são feitas em integração com castanheiras, enquanto a produção de banana é feita em integração com pupunha e ‘cajazineira’, havendo a intenção de trabalhar no beneficiamento e venda de polpas de fruta no futuro. **A produção monocultural foi atribuída como prática herdada dos colonos e inicialmente incentivada pela FUNAI, e há atualmente a expressão de intenções de retomada das práticas tradicionais** dos Suruí de cultivo integrado, mesmo com a predominância ainda existente da monocultura.

“Essa cultura era dos colonos (...) uma monocultura; somente o café, somente a banana. Isso foi ensinado pela FUNAI (...) nossa prática tradicional, que vem da cultura do povo Paiter, é essa de muitas culturas em um lugar só. (...) Esse pensamento de monocultura e somente um produto em um lugar a gente viu que não é esse modelo que é bom. Nós estamos voltando como era a prática nossa.”

Vice-Cacique geral do povo Paiter Suruí, 2023

Há também práticas de extração, como de castanha-do-pará nas áreas florestais, mas há uma demanda pelo acesso melhorado ao extrativismo, uma vez que as castanheiras estavam localizadas em locais distantes e de difícil mobilidade, fazendo com que algumas aldeias, como a Lapetanha, proponham um plantio de castanheiras em roças mais próximas, que estarão aptas para colheita após um período de 5 anos, facilitando o escoamento da produção.

Entre os todos os produtores de Cacoal identificados no Censo Agropecuário, 76% não praticam rotação de culturas, manejo florestal ou descanso de solos (IBGE, 2017) - técnicas agrícolas importantes para garantir o bem-estar do solo e sistema produtivo. Já as práticas dos produtores na TI Sete de Setembro incluem manejo florestal, reflorestamento (contando com projetos como o Pamine) e extrativismo (Relatos de Campo). Também foram identificadas experiências de práticas agrícolas diversas como a agroecologia, com a utilização de Sistemas Agroflorestais (SAFs), como na Linha 11. **Isso confere à produção Suruí um diferencial, considerando os conhecimentos tradicionais transmitidos de geração para geração.**

A produção com SAFs foi identificada nos relatos de campo como intuitiva e utilizada majoritariamente nos sistemas de plantio para consumo próprio, tratando-se muito mais de um

conhecimento ancestral dos indígenas do que um conhecimento advindo de formações e capacitações técnicas. Os cooperados entrevistados relatam que os conhecimentos acerca de práticas agroecológicas são em maior parte intermediários ou escassos, com 38% dos produtores entrevistados afirmando que alguns princípios agroecológicos são conhecidos, enquanto 36% aponta que falta acesso a estes conhecimentos.

“Ele disse que isso [local de secagem] não é vida, não é digno de um produtor rural. Ele queria muito uma estrutura organizada para ele fermentar, secar o cacau dele e colocar no mercado de forma digna (...) ainda está com necessidade em coisas básicas para o trabalho.”

Entrevistado morador da Linha 10, 2023

“(...) tem um processo que a gente precisa ter, o acompanhamento rigoroso disso [produção]. Tem uma comunidade que está certificando a castanha. Pela COOPSUR a gente não tem ainda.”

Vice-Cacique geral do povo Paiter Suruí, 2023

Do ponto de vista do acesso às informações técnica na TI, **a maioria (64%) dos produtores entrevistados afirma que existem plataformas de transferência de conhecimento, mas que ainda não são funcionais**, o que coloca **em risco a qualidade das informações técnicas que circulam** tanto entre os produtores indígenas quanto entre os não indígenas da cidade. Já 38% dos produtores entrevistados consideram que conhecem apenas alguns princípios agroecológicos, mas que possuem interesse em disseminar inovação e facilitar a troca de conhecimento sobre o assunto, envolvendo inclusive as gerações mais jovens. Tendo em vista que todos os entrevistados são cooperados da COOPSUR ou Garah Itxa, 54% deles consideram-se bem conectados com sua comunidade local, e afirmam participar frequentemente dos eventos de suas organizações de base.

Considerando o acesso à orientação técnica na TI Sete de Setembro, segundo relatos de campo, houve incentivos da FUNAI no início da produção do café, mas há entre os entrevistados a percepção de **falta do apoio necessário, especialmente no início da produção**. O cultivo do café pelos Suruí era feito sem conhecimentos técnicos até recentemente, e ainda hoje não possui um padrão técnico para a produção.

“O que a FUNAI incentivou era cultivar o café e vender em troca de compra de roupa, comida, etc. mas sem nenhuma técnica. Nenhuma entidade de extensão rural acompanhou isso.”

Vice-Cacique geral do povo Paiter Suruí, 2023

Mesmo com a parceria com a empresa cafeeira Três Corações¹², que resultou na criação do Projeto Tribos, há relatos dos produtores da TI de que, apesar de existente, o **acesso a orientações e acompanhamento técnico não é suficiente**. As entidades que poderiam oferecer este apoio, como SENAR e EMATER, são relatadas como distantes dos produtores, com baixa frequência, **não chegando para todos e nem para todas as aldeias da TI**. Para além de orientações técnicas sobre a produção, há também uma **demand por orientações sobre a gestão dos negócios**, essencial para que a produção seja uma atividade de geração de renda suficiente e estável, com potencial para melhorias da qualidade de vida dos produtores.

“A gente tem acompanhamento muito tímido da EMATER, o órgão de extensão rural, e não alcança nem todas as aldeias, nem todos os produtores, e não alcança a gente, até pelas questões de estrutura da própria EMATER em Cacoal.”

Vice-Cacique geral do povo Paiter Suruí, 2023

“SENAR e EMATER [orientam] a parte técnica, mas ninguém orienta a parte de negócios.”

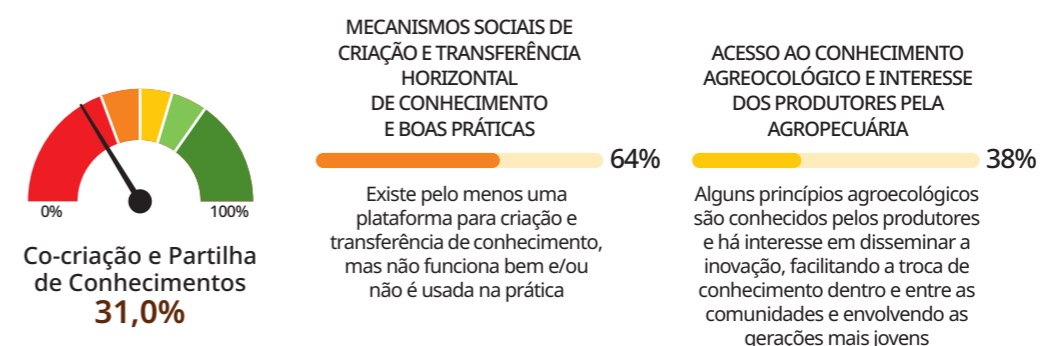
Entrevistado morador da Linha 10, 2023

“O SENAR vem, Emater vem, para tirar foto (...) Hoje eu tô preocupado quando a gente pode abrir o mercado, porque não adianta eu vou trabalhar e não ter nada ao final.”

Entrevistado morador da Linha 10, 2023

Gráfico 11

Co-criação e Partilha de Conhecimento dos entrevistados na TI



Fonte: Questionário FAO aplicado em campo por Tewá 225, 2023.

12 Para mais informações sobre o Projeto Tribos, em parceria com a empresa Três Corações, acesse: <https://projetoatribos.com.br/sobre/>

Economia Circular e Solidariedade

Comercialização local, redes de produtores e consumidores.

Do ponto de vista de economia circular e solidariedade, 100% dos respondentes **identificaram a existência de alguma rede de produtores, havendo potencial para esse mecanismo no futuro. Os produtores apontam que atualmente, essas redes não funcionam como deveriam, havendo pouco relacionamento com os consumidores.** Esse resultado está relacionado ao fato de que as próprias cooperativas as quais os entrevistados participam são exemplos de redes de produtores. A dependência do mercado externo também é forte no que diz respeito à compra de suplementos alimentares e para a comercialização e processamento de produtos, para 92% dos respondentes.

Seguindo essa tendência, **96% dos entrevistados não comercializam seus produtos ou serviços localmente (isso pode ocorrer também por falta de mercados locais).** Os obstáculos logísticos da extração e venda da castanha, por exemplo, são agravados pela falta de acesso aos mercados e vias de escoamento da produção, bem como o baixo preço de comercialização: sem contratos formais e projetos específicos, foi pontuado em relatos de campo que a venda para os atravessadores chega a pagar apenas R\$3,00 pelo kg e que a TI tem o potencial de produzir em torno de 400 toneladas por ano.

“(...) foi plantado café, na época era o ouro. Então o café foi plantado e na demarcação do território, muitas das áreas dos colonos ficaram nos territórios. A gente recuperou o território, mas o café ficou, mas ninguém sabia o que era aquela planta, nenhum Suruí, mas a equipe da FUNAI sabia. Aos poucos eles viram que essa planta dava o retorno financeiro econômico, que com a venda daquilo dava pra comprar outras coisas, pois já estávamos familiarizados (...) o fluxo na cidade já estava começando, e começaram a cultivar o café, mesmo sem saber das técnicas.”

Vice-Cacique geral do povo Paiter Suruí, 2023

Figura 5

Método de secagem dos grãos de café na aldeia Lapetanha



Fonte: Foto tirada por reNature em visita técnica em abril de 2023.

A produção do cacau, por outro lado, aparece como incipiente, antes voltada para o consumo próprio, atualmente há relatos de cultivos para comercialização entre as cooperativas. Destaca-se o relato de campo de um morador da Linha 10, pioneiro na produção de cacau na TI, que executou uma transição de uma lavoura de café para plantar 3.500 pés de cacau, há 8 anos. Inicialmente, a produção foi abandonada por falta de apoio e atualmente está sendo retomada como oportunidade para geração de renda.

“Eu plantei cacau porque construí um sonho, mas a gente não tem apoio (...) não tenho pasto, esse não é o meu plano (...) então não vou fazer isso.”

Entrevistado morador da Linha 10, 2023

Figura 6

Produtor de cacau Paiter Suruí residente em uma aldeia da linha 10



Fonte: Foto tirada por Tewá 225 em visita técnica em abril de 2023.

Em relação ao escoamento da produção, existem projetos e articulações locais e com organizações parceiras, como, por exemplo, a Três Corações, que adquire o café Paiter. Parte dos produtores vendem o café descascado e fermentado e utilizam a casca para a produção de adubo, especialmente na aldeia Lapetanha, que possui infraestrutura para executar esse beneficiamento. Outros produtores de café dependem de outros

meios, como a venda para beneficiadores na cidade. Antes da parceria com a Três Corações, o escoamento da produção de café era difícil, especialmente pela falta de reconhecimento local e preços desvalorizados na venda.

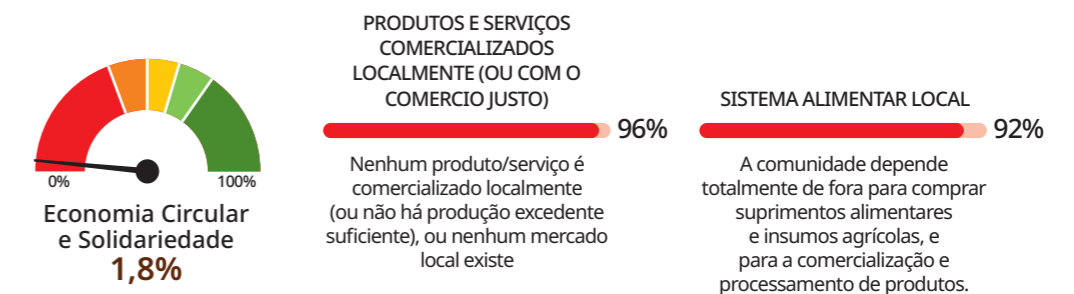
(...) o café totalmente orgânico, vendido a preço de banana aos armazéns da região. Muita gente sabia que o café era de boa qualidade, mas ninguém dizia. (...) Somente agora no início de 2020, 2019, que veio um incentivo da produção do café (...) quando um grupo de produtores indígenas dos Suruí foi terceiro lugar num concurso de café internacional, e aí o grupo Três Corações viu o café dos Suruí e ficou encantado com aquilo (...) hoje o grupo Três Corações compra toda a safra do café todo ano do povo Suruí que virou o 'Café Tribos', na prateleira."

Vice-Cacique geral do povo Paiter Suruí, 2023

Para além da venda de café, há relatos de conflitos com organizações exteriores, como uso de imagem sem consentimento e valor baixo repassado para os indígenas em relação ao valor de venda, além de desejos de diversificar as parcerias para escoamento de produção.

Gráfico 12

Economia circular e Solidariedade dos sistemas produtivos dos entrevistados na TI

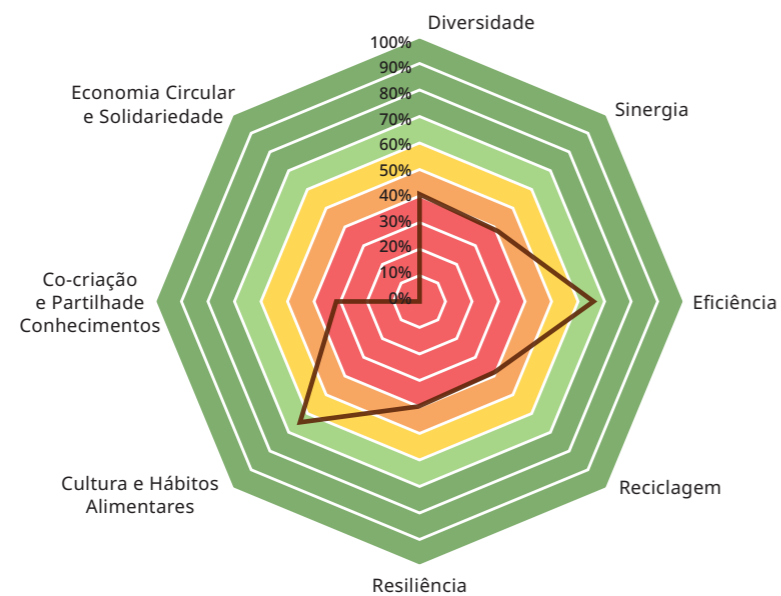


Síntese

Com base na aplicação do questionário TAPE junto aos produtores das cooperativas COOPSUR e Garah Itxa, foi possível obter a **caracterização do nível de transição agroecológica (CAET) dos sistemas agrícolas dos entrevistados, sendo ele de 39,8%, caracterizando-os como sistemas convencionais** (Gráfico 13). O nível de transição total é resultado da junção dos elementos da agroecologia analisados nas entrevistas com os produtores da TI apresentados no presente relatório: diversidade, reciclagem, resiliência, co-criação e partilha de conhecimento, economia circular e solidariedade, eficiência e cultura e hábitos alimentares.

Gráfico 13

Nível de Transição Agroecológica (CAET) dos entrevistados da TI Sete de Setembro



Pontuação do Índice	Nível de transição agroecológica	Classificação do sistema
0	abaixo de 40%	sistema convencional
1	40 - 50%	sistema convencional com elementos de sustentabilidade
2	50 - 60%	sistema em transição inicial
3	60 - 70%	sistema em transição
4	acima de 70%	sistema agroecológico

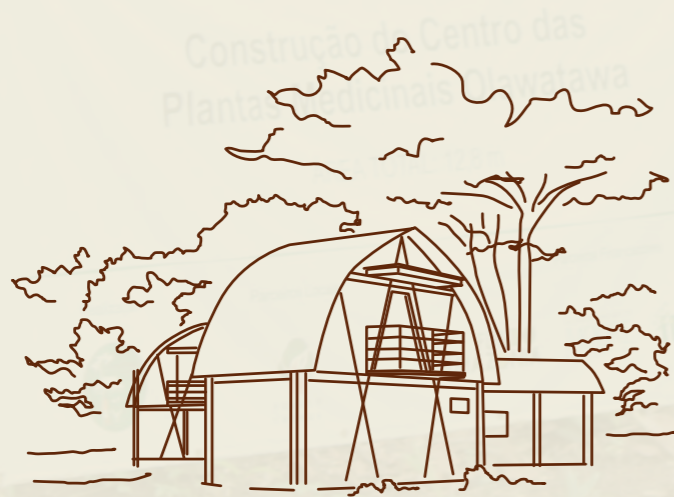
Fonte: Elaborado por Tewá 225 para reNature, 2023.

Ao observar o nível CAET, nota-se que **os sistemas produtivos dos entrevistados são caracterizados como sistemas agrícolas convencionais na maior parte dos elementos avaliados**, sendo eles: diversidade (38,3%), reciclagem (38,5%), resiliência (39,3%), co-criação e partilha de conhecimentos (31%) e Economia Circular e Solidariedade (1,8%); o elemento sinergia (40,5%) obteve pontuação que caracteriza os sistemas como convencionais com elementos de sustentabilidade; enquanto **os elementos de Eficiência (65,3%) e Cultura e Hábitos Alimentares (63,7%) receberam as maiores pontuações, caracterizando os sistemas avaliados como em transição inicial para a agroecologia.**



5.

Organizações Indígenas, projetos e parcerias da TI Sete de Setembro

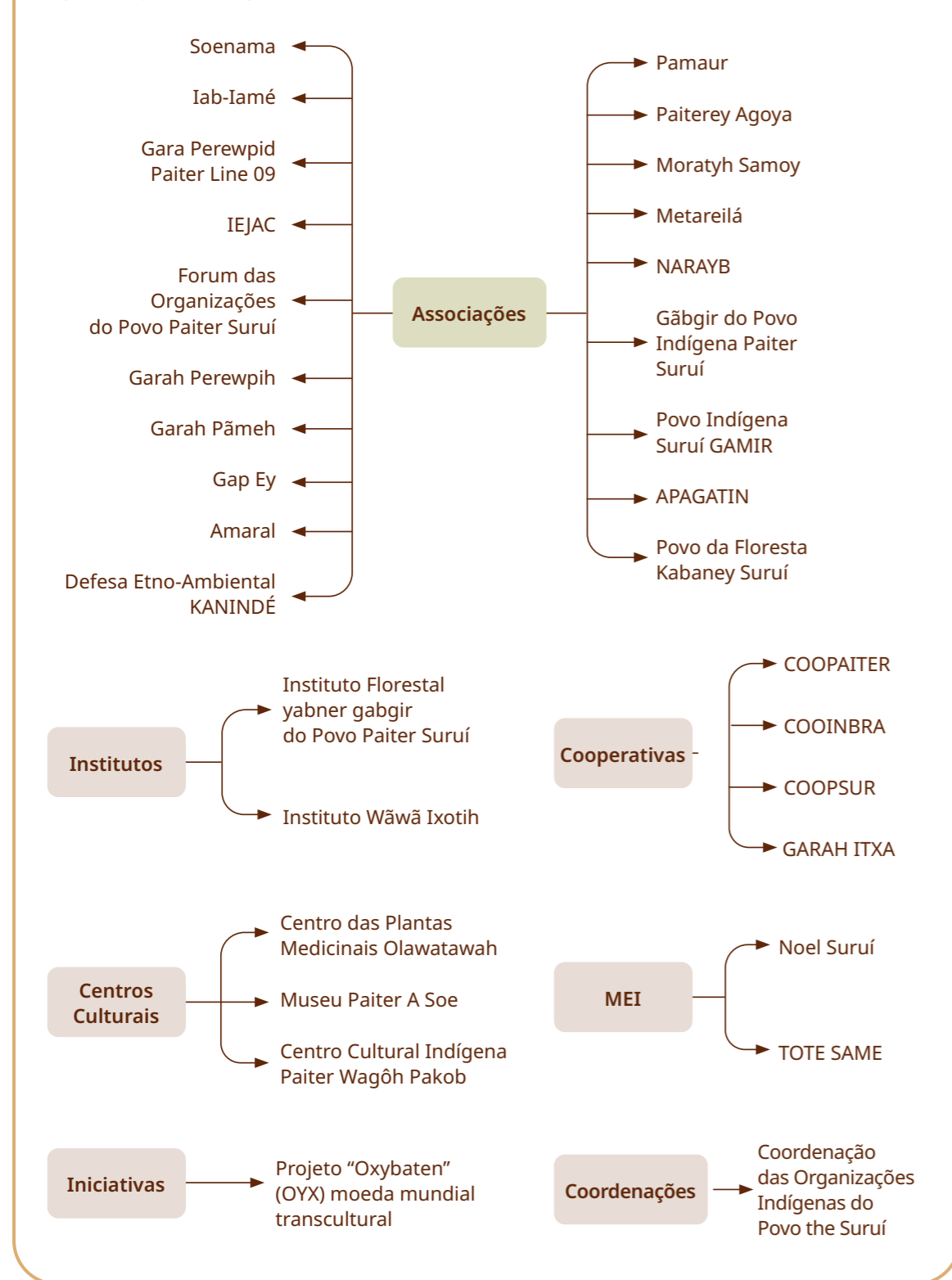


A organização de produtores em associações e cooperativas tem o potencial de auxiliá-los não apenas com o escoamento de produção, mas também com trocas de informação, conhecimento de direitos e para firmar parcerias com outras organizações. Na TI Sete de Setembro, as organizações indígenas são parte importante de sua dinâmica social atual.

Diferentemente dos produtores da TI Sete de Setembro, a maioria (74,6%) dos produtores de Cacoal não faz parte de nenhum tipo de grupo organizado. Entre os que participam de grupos, a maioria faz parte de classe como sindicatos (34,1%) e de associações de produtores (32,7%). Apenas 19,6% dos produtores que fazem parte de alguma associação participam de cooperativas (IBGE, 2017). Já entre os Paiter Suruí, considerando as informações disponíveis no painel da TI Sete de Setembro no ISA (2018) e os relatos de campo acerca das organizações indígenas presentes no território, identificam-se 32 organizações, dentre as quais, 19 associações e quatro cooperativas de produção e consumo. Para além destas, existem **três centros culturais**, dois microempreendedores individuais (MEI), dois institutos, uma coordenação e uma iniciativa (ISA, 2018 e Relatos de Campo).



Figura 7
Organizações Indígenas na TI Sete de Setembro



Fonte: ISA (2018) e Relatos de Campo. Elaborado por Tewá 225 para reNature, 2023

As associações destacam-se como organizações em maior número na TI, incluindo grupos com diversos focos e projetos em suas diferentes dinâmicas. A Associação Soenama, por exemplo, participou do projeto Babaçu Toraya Paiter Suruí, na aldeia Iratana (linha 10), com parcerias com institutos como o IMAFLORA (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola) e FSC (Forestry Stewardship Council) e Prefeitura para o apoio na produção e comercialização do babaçu (FUNAI, 2019).

Outra organização, a Associação Metareilá do Povo Paiter-Suruí, atua ativamente na TI e possui parceria significativa com outra importante associação, a Kanindé. A Associação Metareilá integrou o projeto do Fundo Carbono do Povo Paiter Suruí, em parceria com o Funbio (Fundo brasileiro para biodiversidade), e atua principalmente no complexo turístico Yabnanby - Raízes da Floresta, na concepção de uma universidade indígena na TI, manejo da castanha (certificada FSC), cultivo de café especial e roçado. A Associação possui relação com a Cooperativa Garah Itxa.

Com o apoio da Unicafe-RO (União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária), foi criada a APAGATIN (Associação Popular Paiter Garah Atin), integrando jovens da comunidade e ex-membros da COOPAITER. As atividades da APAGATIN acontecem especialmente com a produção de castanha do Brasil, gado, artesanato, café especial e orgânico, além de ecoturismo. A Associação participou do Ciclo de Modelagem do Conexsus (Sustainable Connections Institute), que visa fortalecer a visão das empresas comunitárias (CONEXSUS, 2017).

Para além das associações, a TI Sete de Setembro possui também quatro cooperativas de produtores: COOPAITER (Cooperativa de Produção e Desenvolvimento do Povo Indígena Paiter Suruí), Garah Itxa (Cooperativa Extrativismo Sustentável Da Floresta Indígena Garah Itxa Do Povo Paiter Suruí), COOPSUR (Cooperativa Suruí de Desenvolvimento e Produção Agroflorestal Sustentável) e COOINBRA (Cooperativa Indígena do Brasil).

A COOPAITER é a cooperativa mais antiga e foi fundada em 2017. A cooperativa se caracteriza como a primeira cooperativa mista e multiprodutiva da região, criada como possibilidade de desenvolvimento da comunidade e tendo objetivos focados na preservação da floresta e das tradições Paiter Suruí. **Estima-se que a COOPAITER tenha em torno de 200 cooperados, distribuídos em 25 aldeias da TI.** 40% dos cooperados são mulheres, de acordo com apresentação da cooperativa feita em seminário de capacitação e organização social dos povos indígenas (COOPAITER, 2021).

A cooperativa também participa de diversos projetos, como a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Em relação à produção, há a preparação de 50ha de campos por ano, beneficiamento de castanha do Brasil, produção de banana,

artesanato e ênfase na produção de café, com investimento em material de colheita, treinamento para Cooperativas (EMATER, EMBRAPA e FUNAI) e contrato com a empresa Três Corações, com valor pago acima do mercado conforme a classificação do produto (de 125% a 200%¹³). Estima-se que a cooperativa tenha beneficiado 51 famílias de produtores (COOPAITER, 2021).

Segundo relatos em campo, a COOPAITER também enfrenta alguns obstáculos em relação a sua produção, como a distância entre a TI e a sede da agroindústria de castanha, dificultando o transporte. Dessa forma, a agroindústria passa a ser subutilizada e a produção de castanha pode ser diminuída, pois se mal armazenada, o produto é perdido. São parcerias de destaque da COOPAITER: Ambev (projeto Aceleradora 100+), APEX, EMATER, Três Corações, CFSA (ONG - Comunidades que Sustentam a Floresta Amazônica), PPA, Unicafes, Conexsus, entre outras.

A cooperativa Garah Itxa foi fundada em 2018 e conta com aproximadamente 81 cooperados (relatos de campo). Suas qualificações no CNAE são para cultivo de soja, cultivo de lavouras temporárias, cultivo de café, produção florestal (florestas nativas), comércio atacadista de café em grão e soja, cultivo de mandioca, coleta de castanha-do-pará em florestas nativas e comércio varejista de artesanatos. Tem como visão o atendimento da demanda da comunidade para venda de produtos da floresta e agricultura familiar, especialmente o extrativismo da castanha e cultivo de café, cacau e banana (Garah Itxa, s/d). Apesar do foco no manejo de castanha, a cooperativa não possui relação com a agroindústria, porém, **é a única cooperativa da TI que possui certificação (FSC) da castanha, que identifica que a matéria-prima tem origem em área manejada de forma ecologicamente correta e com condições justas de trabalho.** A Garah Itxa comercializa a castanha certificada para a COOPAVAM (Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer - MT). A produção de café possui parceria com a empresa Três Corações e é fortalecida com apoio do estado. Há relatos de parcerias com outras organizações, como o IDESAM, ISA, Kanindé, Instituto Wãwã Ixotih, WWF e Funbio.

Já a COOPSUR foi criada na aldeia Gamir em 2020 e possui atualmente em torno de 104 produtores (relatos de campo), dos quais 55% são jovens (PPA, 2020). A cooperativa possui qualificações no CNAE para coleta de castanha-do-pará em florestas nativas (atividade principal), fabricação de conservas de frutas, comércio de produtos da extração mineral, operadores turísticos, comércio varejista de suvenires, horticultura, fabricação de artefatos de madeira, tecelagem de fios de fibras têxteis naturais, criação de peixes em água doce, e bovinos para leite e corte, extração e

¹³ De acordo com a classificação do café, a Três Corações paga de 25% a 100% a mais em relação ao valor de mercado (100%), dessa forma, um produto com a classificação mais alta, pode ser comprado por até o dobro do preço de mercado.

britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado, fabricação de águas envasadas, extração de madeira em florestas plantadas, fabricação de óleos vegetais refinados e em bruto, fabricação de farinha de mandioca e derivados, apicultura, fabricação de conservas de legumes, cultivo de arroz, cana, trigo, banana, açaí, guaraná, milho, café, cacau e mandioca.

A COOPSUR também integrou projetos com outras organizações, como o projeto de crédito para a produção de castanhas do Grupo Gaia e o projeto Nossa Floresta, Nossa Casa, de restauração ecológica da Parceiros Pela Amazônia (Grupo Gaia, 2021 e PPA, 2020). Essas experiências representam algumas das oportunidades importantes das cooperativas no cenário da TI Sete de Setembro, impulsionando a produção sustentável, reflorestamento e trabalhando para a segurança alimentar das comunidades (PPA, 2020).

“A gente quer entrar nessa [de fazer] alimento orgânico e sustentável para as pessoas que querem consumir conscientemente e ter um retorno financeiro e social mais justo possível, a gente tem dentro da cooperativa a visão do ganha-ganha: nós ganhamos, os parceiros que vem com a gente ganham. Nós não queremos ganhar além do que a gente pode ganhar e também não quer que o parceiro ganhe em cima da gente além do que ele pode ganhar. A gente tem que fazer um negócio mais justo possível de ambas as partes, porque esse negócio é sustentável.”

Vice-Cacique geral do povo Paiter Suruí, 2023

Para além dessas parcerias, a COOPSUR também possui uma relação pontual com a COOPAVAM, que dá suporte à produção para comercialização de castanhas, pois também não acessa os equipamentos municipais de processamento. A COOPSUR possui parcerias similares às da cooperativa Garah Itxa, com a adição da Fundação Cultural Cacoal e OBIND (Observatório dos direitos e políticas indígenas da UnB). **Participa também do Projeto Tribos com a Três Corações, que envolve a Embrapa, FUNAI, Secretaria de Agricultura de Cacoal e Alta Floresta, Câmara Setorial do Café e as cooperativas Garah Itxa e COOPAITER.** A integração das cooperativas do território aparece como fator importante na organização da produção Suruí, sendo uma oportunidade de fortalecimento social e coesão territorial.

“A gente quer fazer uma intercooperação entre as cooperativas e pra organizar todo o sistema, as cadeias produtivas dos Suruí, e a gente quer organizar isso pra que não haja nenhuma desorganização ou nenhuma concorrência entre si.”

Vice-Cacique geral do povo Paiter Suruí, 2023

“Eu queria como líder que meu povo tivesse essa união que mesmo que sejam várias associações, várias cooperativas, lutar por uma ideologia de buscar o melhor para o nosso povo Paiter Suruí.”

Cacique Geral do povo Paiter Suruí. 2023

Por fim, a COOINBRA foi fundada em 2022, com maior foco no setor do agronegócio e produção monocultural. Possui qualificação no CNAE¹⁴ para comércio de matéria-prima, cultivo de mudas e viveiros, extração de madeira, coleta de castanha-do-pará, látex, palmito e outros produtos não madeireiros em floresta nativa, extração de minério, comércio atacadista de café em grãos, comércio varejista de hortifrutigranjeiros e artesanatos.

O conjunto de organizações indígenas presente no território da TI Sete de Setembro atua em uma variedade de projetos, também articulados com organizações externas, como órgãos públicos, empresas e ONGs criando **um ambiente de atores variados com oportunidades para movimentos que trabalhem as necessidades e potenciais vividos na TI.** É perceptível que para essas organizações, a produção agrícola, proteção e regeneração do meio ambiente e modo de vida indígena Paiter Suruí são temas relevantes, porém não de forma unânime, uma vez que **há divergências políticas e ideológicas no território e a criação de organizações ocorre de forma independente, ou seja, sem uma gestão centralizada no cacicado.**

“vamos ter que entender o objetivo de cada associação e como eles podem realmente fortalecer a autonomia do nosso povo, não só a autonomia política, mas também a financeira, da união.”

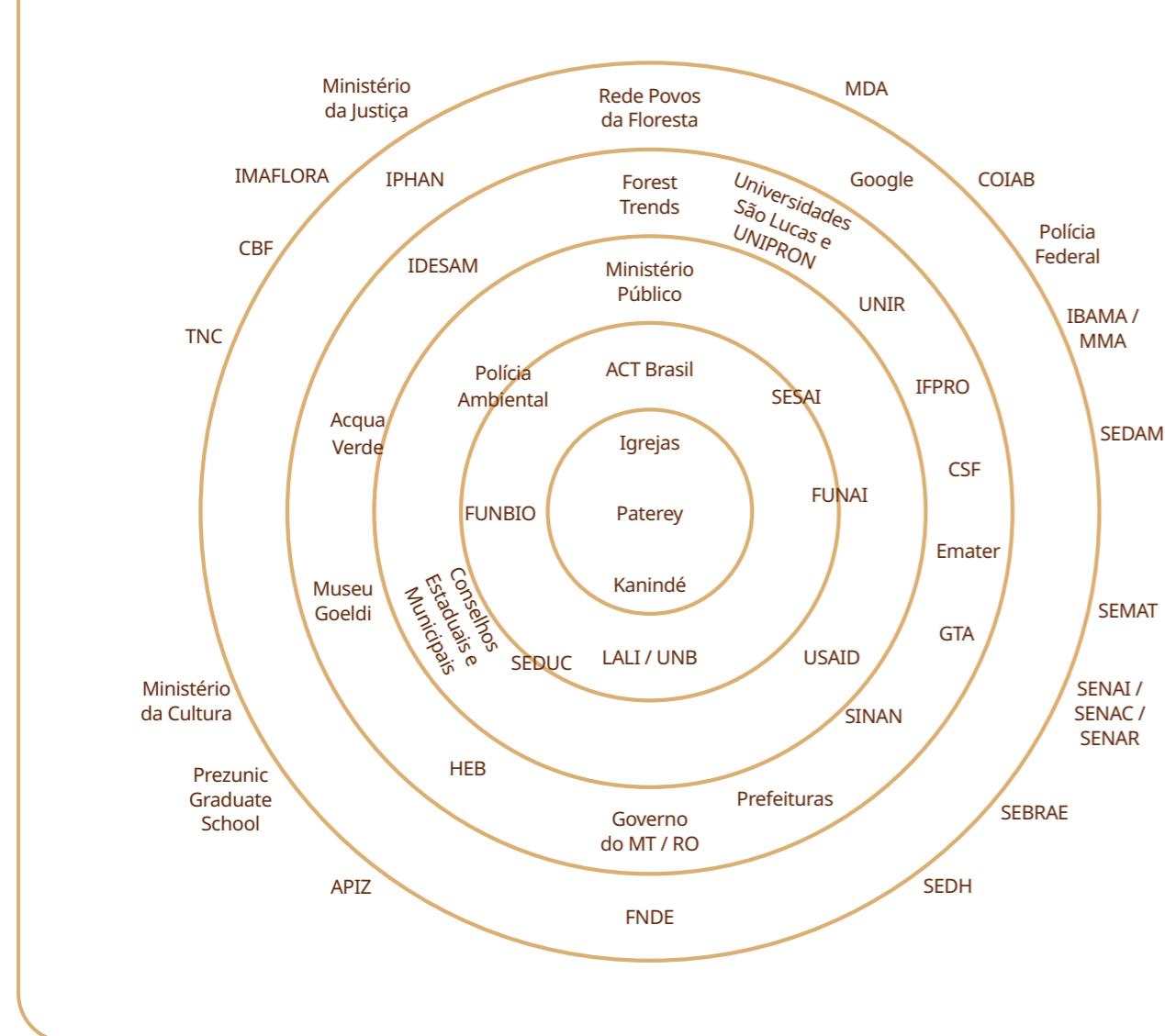
Cacique Geral do povo Paiter Suruí, 2023

Em 2012, Cardozo (2012) produziu um mapeamento de stakeholders em atividade com a ACT Brasil sobre toda a TI. Do mesmo modo, a título de atualização, o presente estudo coletou as percepções de atores relevantes em 2023, a partir de dinâmicas de campo realizadas na aldeia Gamir.

¹⁴ As descrições acerca das atividades das cooperativas (com exceção da COOPAITER) foram feitas com base nos dados oficiais de consulta do CNPJ, como qualificações do CNAE para atuação produtiva e comercial, reiterando que a qualificação diz respeito apenas às atividades que as cooperativas declaram e são aptos a fazer, e não implica que o grupo de fato exerce ativamente todas as atividades.



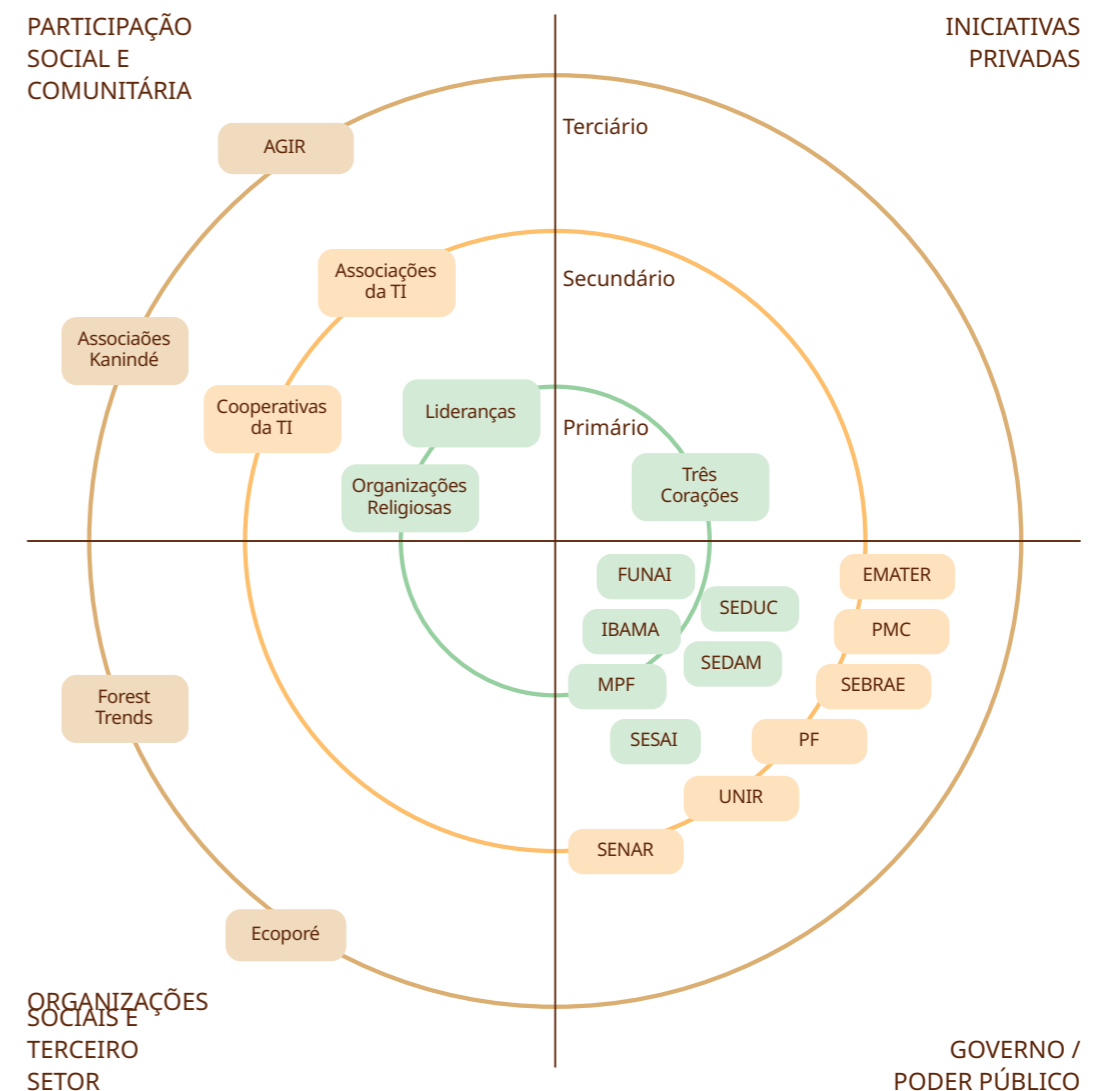
Figura 8
Mapa de Stakeholders 2012 e 2023



Fonte: CARDOZO, 2012.

De início, é possível perceber que **houve alterações nos atores mapeados entre 2012 e 2023¹⁵**. Parte dessas mudanças se deve aos participantes de cada mapeamento, uma vez que em 2012 houve a participação de diversas aldeias, e em 2023 apenas da aldeia Gamir, mas também devido às alterações de projetos e relações entre os

¹⁵ A matriz resultante de 2023 é composta de quatro quadrantes, que representam o tipo dos stakeholders (iniciativa privada, governo, organizações sociais e participação comunitária) e por três camadas circulares, que representam o grau da proximidade da relação com os Suruí, ou seja, quanto mais próximo ao centro, maior a interação. Este processo é uma atualização de mapeamentos de atores sociais conduzidos anteriormente na TI, considerando mudanças na realidade do território, mas em termos metodológicos, ressalta-se que se trata da visão dos moradores desta aldeia sobre a TI.



Elaborado por Tewá 225 para reNature, 2023

atores. **As organizações religiosas aparecem como atores significativos em ambos os mapas, assim como a FUNAI, SESAI, Ministério Público e UNIR.** Há uma aproximação de atores governamentais entre 2012 e 2023, como o IBAMA, PF e SENAR, e um afastamento de organizações que exerciam projetos específicos no território.

Em 2023, o único ator privado destacado foi a empresa cafeeira Três Corações, um dos principais parceiros comerciais dos produtores da TI. Outros atores de iniciativas privadas identificados em 2012, como o Grupo Gaia, que tem uma parceria com a

COOPSUR, a Google, que fez uma parceria para capacitação na TI e a Ambev, que executa o projeto Aceleradora 100+ com a COOPAITER, não apareceram no relato de 2023. No segundo quadrante, que mostra os atores de Participação Social e Comunitária, os atores identificados como mais próximos da TI em 2023 foram as organizações religiosas, especialmente as igrejas evangélicas, e as lideranças locais, seguidas das cooperativas indígenas, associações internas e por último outras organizações indígenas, como a Associação Kanindé e a AGIR (Associação das guerreiras indígenas de Rondônia).

As Organizações Sociais e atores do Terceiro Setor não aparecem como tendo uma relação próxima à comunidade Paiter Suruí. Na camada intermediária, a UNIR é o único ator, enquanto a Forest Trends e Ecoporé foram apontadas como atores mais distantes. Isso pode ser diferente de aldeia para aldeia, considerando a presença territorial dos projetos destas organizações. **Há outros atores que já atuaram na TI previamente e foram destacados nas conversas de campo fora da aldeia Gamir,** como Fundo LIRA (Legado Integrado da Região Amazônica), que possui relação com projetos em outras aldeias da TI. **Há também organizações externas que atuam por um período na TI na execução de projetos específicos, e que tendem a se afastar após seu término,** como evidencia-se na comparação entre os mapeamentos após uma década.

É notável que o quadrante dos atores públicos é o mais próximos da comunidade, com destaque para a FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) e os outros atores citados pelos participantes da aldeia Gamir, como o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), SEDUC (Secretaria de Educação), SEDAM (Secretaria do Desenvolvimento Ambiental), SESAI (Secretaria de Saúde Indígena) e MPF (Ministério Público Federal). Na dinâmica, outros atores governamentais também foram apontados como tendo uma relação intermediária com a TI: SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), PF (Polícia Federal), PMC (Prefeitura Municipal de Cacoal), EMATER (Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural) e SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

De forma geral, os atores citados como mais próximos são aqueles que tratam de questões de direitos e qualidade de vida básicas, como saúde e educação, enquanto os atores relacionados à produção agrária, por exemplo, aparecem com uma relação intermediária. Os atores do setor público se destacam com maior presença, mas é necessário considerar os apontamentos feitos nos relatos de campo, de que há uma dificuldade de alcance da TI às políticas públicas e apoio de órgãos governamentais, que mesmo existente, continua incipiente.

5.1 Empreendedorismo Suruí

As ações das organizações indígenas existentes na TI Sete de Setembro evidenciam a autenticidade do empreendedorismo no território, especialmente integrado à produção agrícola, beneficiamento de alimentos, artesanato e turismo. O empreendedorismo aparece como potencial para a geração de renda da TI, ainda que pode-se afirmar que há uma escassez de iniciativas estruturadas que promovam essas práticas no território:

“Dentro do nosso território nós não temos uma política de geração de renda que atenda a necessidade do que o meu povo quer comprar fora, aí vem as nossas carências.”

Cacique Geral do povo Paiter Suruí, 2023

Da extração da castanha-do-pará ao processamento do café, **há diversas experiências no território que se caracterizam como o que eles relataram como “empreendedorismo Suruí” ou iniciativas pautadas nas tradições. A criação das cooperativas, por exemplo, mostra organizações sociais empreendedoras, com foco em valorizar a produção local,** criando possibilidades de processamento e escoamento da produção utilizando as potencialidades socioterritoriais disponíveis.

Para além das cooperativas, destacam-se **projetos específicos criados no contexto da TI como o Centro de Medicina Tradicional Olawatawah.** Criado em 2015 com o intuito de repassar aos mais jovens os conhecimentos de medicina tradicional dos Suruí, conta com o cultivo de plantas medicinais e atendimento presencial ao visitante. Para além desse fortalecimento da cultura Suruí, o Centro é integrado às atividades turísticas da TI, também fomentando a produção e comercialização de produtos de artesanato.

No que diz respeito à produção e processamento agrícola, o Projeto Babaçu Toroya, por exemplo, foi idealizado pela comunidade da aldeia Iratana para que pudessem continuar e melhorar sua produção de óleo de babaçu com as regularizações necessárias e vias de escoamento. O projeto é protagonizado por uma comunidade indígena que possui tradição de trabalhar com o babaçu e executado pela Associação Soenama em parceria com organizações externas. 25 indígenas da comunidade são beneficiados com o impulsionamento da produção de óleo e derivados e pretende inserir o babaçu na merenda escolar da rede municipal (FUNAI, 2019). Contam com o **apoio da IMAFLORA para a certificação dos produtos, adquirida em 2014 (FSC)** para 90 ha de manejo florestal do babaçu e atualmente ampliada para mais 150 ha.

Há a intenção de implantar uma agroindústria, para que a produção possa atingir escalas maiores, incluindo a aquisição de equipamentos e capacitação, também em parceria com a Prefeitura (relatos de servidor da SEAF-MT, 2023).

“Por meio do Projeto Babaçu Toroya, a comunidade indígena Iratana busca fortalecer a cultura, a geração de renda e segurança alimentar e medicinal para as famílias indígenas.”

Coordenador da Associação Soenama para FUNAI, 2019

Nos relatos da Secretaria de Agricultura Familiar (SEAF-MT, 2023), o projeto encontrou obstáculos relacionados ao processo interno de organização comunitária, com dificuldades para prestação de contas e outras demandas burocráticas. Outras barreiras encontradas pelo projeto foram o fornecimento de energia elétrica, uma vez que ainda não há energia trifásica no local (indicada para alimentar equipamentos com motores e cargas pesadas), além de dificuldades nos processos logísticos, como o transporte de grandes volumes de babaçu em locais difíceis, como os rios.

A partir do apoio do poder público, a Coordenação Regional de Cacoal forneceu os recursos necessários para que beneficiários do projeto participassem do curso de capacitação sobre o beneficiamento do babaçu. Houve também investimentos da Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento (CGETNO/FUNAI) para a aquisição de equipamentos, como barcos e maquinários, como prensas, seladoras e balanças para a produção (FUNAI, 2019).

A coleta anual é estimada em 7,29 toneladas de babaçu, que geram 2 mil litros de óleo, 500 quilos de farinha e bijuterias artesanais (FUNAI, 2019). Dessa forma, o projeto visa fomentar a consolidação dessa cadeia produtiva a partir da estrutura de beneficiamento e aproveitamento do babaçu, tendo planos de expansão para outras associações na TI, com o intuito de promover o uso sustentável dos recursos e a valorização da cultura local, com apoios para a comercialização, treinamento e capacitação para a gestão da agroindústria (relatos de servidor da SEAF-MT, 2023).

Para além das experiências de empreendedorismo relacionadas à produção, **o setor de turismo também apresenta uma oportunidade para valorização, reconhecimento e geração de renda em comunidades indígenas.** Na TI Sete de Setembro, a movimentação para introduzir o turismo se iniciou no ano 2000, durante a elaboração do Diagnóstico Agroambiental e Plano de Gestão da TI em parceria com a Kanindé e

o Ministério do Meio Ambiente, e como parte do Plano de Gestão de 50 anos da Terra Indígena Sete de Setembro. Dessa forma, no processo do Diagnóstico Etnoambiental, cinco aldeias foram identificadas como maiores atrativos; Lapetanha, Joaquim, Apena Meireles, Linha 9 e Nabeko Dabalakiba, com destaque para a aldeia Lapetanha, que seria o centro das atividades (CARDOZO, 2012).

“Muitas pessoas perguntavam para mim: por que 50 anos? Eu digo: 50 anos porque estamos trabalhando com a vida das pessoas, os políticos estão por mandato e eu não tenho essa visão de defender meu mandato, então eu preciso ter essa visão de que outro pode vir no meu lugar e dar essa continuidade, não começar do zero”.

Cacique Geral do povo Paiter Suruí, 2023

“(...) temos um grande potencial na cultura que não é estudado, que não é visto como potencial de uma terra indígena. E então, estamos tentando mostrar isso como o plano de turismo.”

Cacique Geral do povo Paiter Suruí para Leandro, 2011, p. 79

“Hoje analisando bem, turismo poderia ser uma chave para vários temas, até para produção, valorização da cultura, educação, respeito. Esse é o nosso desejo para transmitir, compartilhar.”

Cacique Geral do povo Paiter Suruí, 2023

Os maiores atrativos potenciais identificados foram os aspectos culturais, como festas tradicionais e experiências de construção, pesca, coleta, feiras e rodas de conversa, bem como os aspectos de turismo sustentável, como os rios e igarapés, caminhadas na floresta, plantio de mudas, trilhas guiadas e oficinas de artesanato. Assim, foi elaborado o **Plano de Turismo da TI Sete de Setembro, novamente em parceria com a Kanindé e a Associação Metareilá, que definiu quatro principais produtos de pacotes turísticos** (CARDOZO, 2012).

“Tem muitas pessoas que querem conhecer a cultura indígena, então abrindo essas visitas, a gente começou a ter a visão de que ‘por que a gente não pode através desse espaço, fazer etnoturismo e tirar uma renda para a comunidade através da cobrança da entrada das pessoas?’ Então temos um projeto de etnoturismo aqui no espaço, principalmente universidades, famílias.”

Entrevistado morador da Linha 9, 2023

A partir desse levantamento, o Plano de Negócios relacionado a turismo foi elaborado de forma participativa na aldeia Lapetanha, incluindo oficinas e reuniões técnicas. O **Projeto Garah Itxa também prioriza as atividades de ecoturismo, juntamente à venda de artesanato**, sendo uma atividade de integração e articulação entre diversas organizações (IEB, 2012).

O Plano de Turismo da TI Sete de Setembro é desenvolvido em dois níveis: familiar e comunitário. O nível familiar é focado no impacto do projeto nas famílias da TI em relação à geração de renda e uso da terra, enquanto o nível comunitário é integrado às outras metas do Plano de Gestão e projetos de conservação dos recursos naturais. As oficinas e reuniões para pensar o turismo na TI articulam diversas organizações, como a Associação Gabgir, Instituto Florestal Yabner Gabgir do Povo Indígena Paiter Suruí, Associação Pamaur e Associação Garah Pameh (LEANDRO, 2011).

Atualmente, **o turismo é feito em integração com outros equipamentos da TI, como o Centro Cultural**, criado em 2016, e que já recebeu mais de 15 mil turistas de vários países. O turismo na TI é fomentado também pelo governo do estado por seu programa de etnoturismo, que busca fortalecer o desenvolvimento ambiental e a conservação ecológica (SETUR, 2022).

O Complexo Turístico Yabnaby, localizado na aldeia Lapetanha, possui alojamentos para turistas e espaços destinados à atividade como apresentações culturais e degustação dos cafés produzidos na TI, representando hoje o centro do turismo da TI. Conta com 2 locais em que se podem hospedar 10 turistas simultaneamente e fica localizado ao lado de uma represa nas proximidades da aldeia. Há o oferecimento de pacotes de turismo especializados com temas específicos, como roteiros focados no Café, por exemplo (PAITER SURUÍ, s/d).

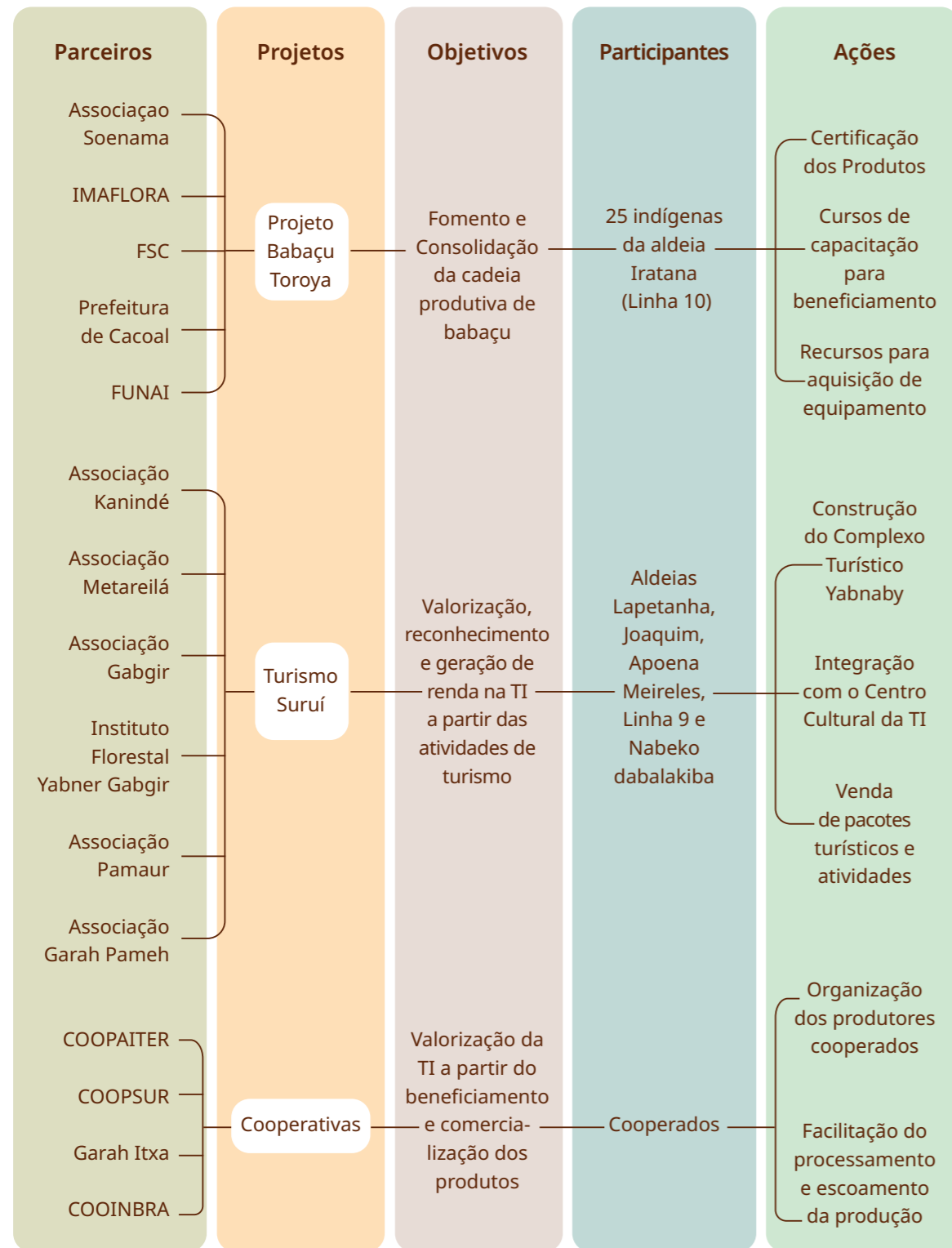
É importante destacar que **o turismo é totalmente dependente da manutenção das tradições, que estão hoje ameaçadas pela integração e convivência do modo de vida Paiter com a cultura branca e capitalista.**

Figura 9
Complexo Turístico Yabnaby



Fonte: Foto tirada por Tewá 225 em visita técnica em abril de 2023.

Figura 10
Destaques do empreendedorismo Paiter Suruí na TI



Elaborado por: Tewá 225 para reNature, 2023.

5.2 Iniciativas de Regeneração

Os projetos protagonizados na TI têm, em sua maioria, algum aspecto relacionado à agenda ambiental, como manejo adequado de áreas florestais, proteção da biodiversidade ou garantia e manutenção de serviços ecossistêmicos. Dentre estes, destacam-se os projetos com foco em regeneração, reflorestamento, biomonitoramento e geração de renda a partir da preservação ambiental.

“Eles [governo, empresas] estão discutindo ESG e os nossos ancestrais já estavam fazendo isso.”

Cacique Geral do povo Paiter Suruí, 2023

O projeto de reflorestamento PAMINE - O Renascer da Floresta surgiu após o diagnóstico agroambiental e Plano de Gestão, com a constatação de um aumento nas taxas de desmatamento. A partir desse levantamento, foi possível observar quais espécies haviam sido retiradas no território, totalizando 17 espécies que seriam prioridade para o plantio. O projeto foi iniciado com a busca por parceiros externos e articulação de organizações internas, como o Instituto Florestal Yabner Gabgir, Associação Aquaverde (ONG suíça), ACT Brasil (Equipe de Conservação da Amazônia), IEB (Instituto Internacional de Educação do Brasil) e a organização indígena Associação Metareilá, que visa reorientar o uso abusivo dos recursos naturais do território, (IEB, 2011).



Figura 11

Sistemas Agroflorestais (AFS) do Projeto PAMINE na Linha 11



Fonte: Foto tirada por Tewá 225 em visita técnica em abril de 2023.

O projeto é conhecido como enriquecimento de floresta, a partir do plantio de árvores em locais onde a floresta ficou empobrecida e representa um momento em que, com o reflorestamento em áreas próximas às aldeias, há um aumento da conscientização da comunidade e a valorização da floresta como essencial para a manutenção do

modo de vida indígena. A Associação Kanindé apoiou com a doação de mudas das espécies de madeiras de lei recebidas do IBAMA, plantadas na TI em um mutirão na aldeia Lapetanha. **O objetivo inicial do projeto era o reflorestamento de uma área degradada em decorrência de atividades agrícolas dos colonos antes da demarcação da TI, utilizando o plantio de espécies nativas (IEB, 2011).**

Nesse contexto, o **PAMINE também visa formar jovens indígenas acerca das questões do setor ambiental, a partir de oficinas e cursos de capacitação nas aldeias.** Inicialmente, o reflorestamento foi feito em uma área de 12 hectares próxima à aldeia Lapetanha, em uma zona de pastagem ao redor de uma nascente e área de floresta degradada, com o apoio de um engenheiro florestal da Associação Kanindé para a elaboração da lista de espécies de interesse. Em 2006, 1.440 mudas foram plantadas. As áreas de capoeira e áreas empobrecidas específicas onde ocorreu o corte seletivo de madeira foram escolhidas como prioridade para a regeneração, com foco especial nas 17 espécies escassas identificadas (IEB, 2011).

O PAMINE recebeu diversas premiações e reconhecimento internacional, como o Prêmio United Earth Amazônia e o Prêmio Direitos Humanos da ONU (PAITER SURUÍ, s/d). O projeto está no escopo do Plano de Gestão de 50 anos da TI, representando a necessidade e desejo de regenerar a floresta, servindo de inspiração para outros projetos na mesma área.

“Queria que a Terra Sete de Setembro estivesse muito melhor do que a gente vê hoje em dia, bem preservada, cheia de riquezas, recuperada, como era antes do contato.”

Luiz Mopilabatem para IEB, 2011. P. 54

Dentre os projetos inspirados pelo PAMINE, destaca-se o Projeto de Carbono Florestal Suruí (PCFS), iniciativa pioneira liderada pelos próprios Paiter Suruí, criada em 2007 em parceria com ONGs e empresas privadas, em busca de mecanismos financeiros de geração de renda que garantam a implementação de uma estratégia de conservação florestal, melhoria da qualidade de vida de suas populações e resgate de sua cultura tradicional.

“O projeto de reflorestamento subsidiou esta ideia. Em consequência, veio o Projeto de Carbono, que está quase chegando à fase final de conclusão, e isto é resultado do que foi iniciado com o projeto de reflorestamento.”

Arildo Suruí para IEB, 2011. P. 56

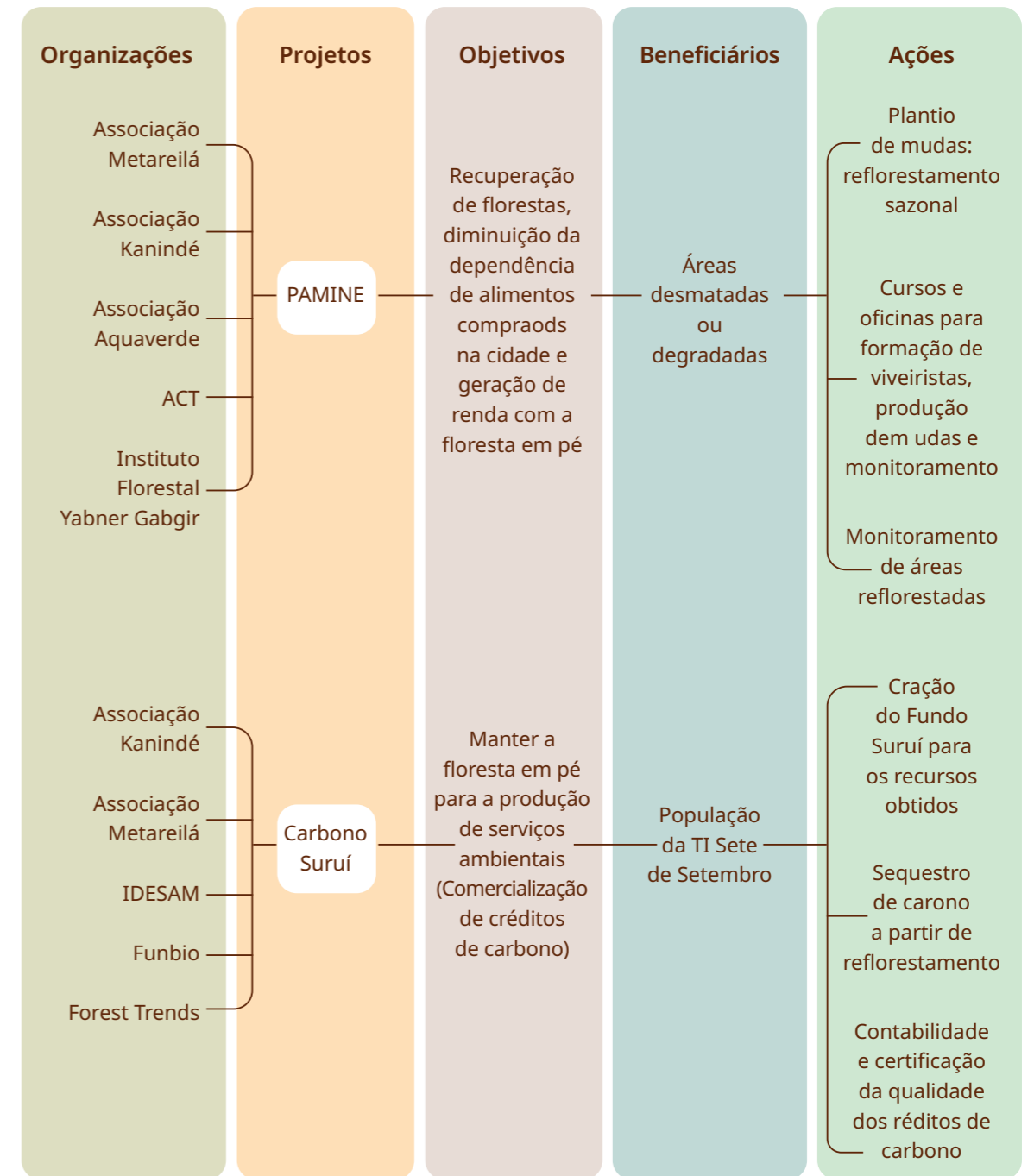
O Projeto de Carbono, criado pela Associação Metareilá, segue a **tendência de valoração econômica dos recursos naturais e atua na comercialização de créditos de carbono**. A iniciativa reforça o perfil empreendedor dos Suruí, sendo a primeira iniciativa do tipo no Brasil. A participação das organizações parceiras foi focada na elaboração dos documentos técnicos do projeto (IEB, 2011), resultando no documento proposto em 2011. O PCFS tem como principal objetivo evitar o desmatamento, atuando em dois catalisadores: a falta de oportunidades de geração de renda e a entrada de atores externos que conduzem atividades ilegais. A venda de créditos de carbono aparece para os Paiter Suruí como alternativa à extração de madeira (IDESAM, 2011).

Apesar do funcionamento do projeto e venda de créditos de carbono para atores significativos, como a empresa Natura e a FIFA, **em 2016 o Funbio repassou os valores do Fundo Suruí à Associação Metareilá e comunidade da TI e se retirou do projeto**. Após essa data, com o afastamento de organizações parceiras e fortalecimento político de atores influentes ao desmatamento (como madeireiras e mineradoras), **o território Suruí sofreu diversas ameaças e invasões, culminando na descontinuação do projeto em 2018** (O ECO, 2020). Essa experiência mostra o potencial do território em relação a estratégias alternativas de regeneração, mas também **a necessidade de se considerar as vulnerabilidades atuais** às quais o território está sujeito.



Figura 12

Destaques de projetos de economia regenerativa na TI



Elaborado por: Tewá 225 para reNature, 2023

Considerações finais



Com as lentes voltadas para a TI Sete de Setembro, o presente estudo teve como princípio norteador a compreensão da realidade do povo Paiter Suruí, estruturando o que se pretende como uma atualização do prévio estudo de contexto desse território tão particular. Com a revisão de documentos produzidos por e sobre os Paiter Suruí e os projetos já executados na TI, dados oficiais de bases públicas e os dados coletados em campo com o questionário da FAO aplicado aos produtores das Cooperativas, lideranças e outras dinâmicas com a população, é possível elaborar um panorama da situação atual da TI, considerando as principais dinâmicas territoriais, ameaças externas e potencialidades, especialmente no que diz respeito à produção agrícola sustentável.

A comunidade Paiter Suruí se organiza ao redor de uma governança territorial unificada, com um cacicado representando os clãs e aldeias e um cacique geral, que, a partir de 2022, é escolhido via voto direto, com 16 coordenações pensadas para atuar nas demandas de grupos e temas específicos, como saúde, educação, mulheres e jovens. Ao longo da trajetória dos Suruí, especialmente após enfrentarem a necessidade de ressignificação de conceitos e adaptação com o contato com o homem branco, diversos aspectos de sua cultura tradicional foram modificados e repensados, como sua relação com o café - plantio deixado pelos colonos que hoje é sua maior produção. O mesmo ocorre com sua estrutura de governança, que embora seja centralizada na estrutura do cacicado, passa por mudanças em direção a maior participação social no território, juntamente com o desejo de fortalecer a autonomia política e financeira do povo, assim como seus laços sociais.

A fortaleza dos Paiter Suruí em se aliar e fomentar parcerias significativas, assim como sua característica empreendedora, aparece como base para a integração de projetos que podem utilizar o potencial do território para articular a geração de renda na TI e a manutenção dos serviços ecossistêmicos, reforçando a relação dos Suruí com a floresta. A consciência da necessidade de proteção da biodiversidade local, unida ao empreendedorismo e elementos presentes no território, como o fluxo de produção do café e seu reconhecimento e a organização dos produtores em cooperativas, compõem os pilares do que pode vir a ser o desenvolvimento sustentável na TI Sete de Setembro.

A presença de produtores rurais que baseiam sua produção em princípios agroecológicos e práticas regenerativas também se mostra como potencial, uma vez que a articulação com novas técnicas e práticas regenerativas baseadas no saber ancestral Suruí pode beneficiar não apenas o sistema produtivo em que o cultivo é feito, mas também estimular outros produtores e atuar como multiplicador para o fortalecimento de iniciativas desse gênero.

Nesse sentido, o povo Paiter Suruí aparece como pioneiro e multiplicador de projetos inovadores de regeneração e empreendedorismo, como a venda de créditos de Carbono, e a fundação da Associação Metareilá, primeira organização indígena do estado, configurando uma importante experiência de apoio comunitário. Essas características apontam para o potencial dos Paiter Suruí e da Terra Indígena Sete de Setembro em fortalecerem sua relação ancestral com o território e, alinhados com as necessidades do planeta, empreender para melhorarem sua qualidade de vida, também encabeçando a luta pela dignidade dos povos originários e adaptações frente a realidade das mudanças climáticas.



Referências bibliográficas



ACT BRASIL - EQUIPE DE CONSERVAÇÃO DA AMAZÔNIA. **Plano de Gestão Etnoambiental da Terra Indígena Sete de Setembro**. Org. Associação Metareilá do Povo Indígena Suruí e Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé. ACT Brasil Edições, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CARDOZO, I.B. **Iway e Metare: a marca do território Paiter Suruí**. Dissertação de Mestrado em Geografia apresentada à Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Rondônia, 2012.

CARTA DE PRINCÍPIO DO PARLAMENTO PAITER SURUÍ. **Carta dos princípios de organização política do povo Paiter Suruí**. 2010. Accessed on may 2023. Available at: <http://www.paiter.org/news/wp-content/uploads/2011/08/Carta-do-Principio-do-Parlamento-do-Povo-Paiter-Suruí.pdf>

CONEXSUS. **Elisângela e o Empreendedorismo Indígena em Cooperativas**, 2017. Accessed on may 2023. Available at: <https://www.conexsus.org/elisangela-e-o-empreendedorismo-indigena-em-cooperativas/>

COOPAITER. **Apresentação: Cooperativa de Produção e Desenvolvimento do Povo Indígena Paiter Suruí - RO/MT**. Seminário Povos Indígenas - Capacitação e Organização Social. Governo Federal, Brasil, 2021. Accessed on may 2023. Available at: <https://www.gov.br/secretariadegoverno/pt-br/articulacao-social/seminario-povos-indigenas/seminario/capitacao-e-organizacao-social/capitacao-e-organizacao-social/apresentacao-coopaiter.pdf>

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Mapa de Inclusão Produtiva Municipal**. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Brasil, 2017. Accessed on may 2023. Available at: <http://mapas.cnpm.embrapa.br/mds/?layers=5>

FAO - Food and Agriculture Organization. **TAPE: Tool for Agroecology Performance Evaluation. Process of Development and Guidelines for Application**., Roma, 2019. Disponível em: <https://www.fao.org/agroecology/tools-tape/en/>

FIOCRUZ - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **RO – Território do Povo Suruí está ameaçado por garimpeiros, madeireiros e pecuaristas**. 2009. Accessed on may 2023. Available at: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ro-territorio-do-povo-suruí-esta-ameacado-por-garimpeiros-madeireiros-e-pecuaristas/>

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Dados Abertos - PNAE**. Governo Federal, Brasil, 2016. Accessed on may 2023. Available at: <https://www.fnde.gov.br/dadosabertos/dataset/pnae-escolas-atendidas-2001>

FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas. **Aldeia Iratana do Povo Paiter Suruí amplia beneficiamento de produtos derivados do babaçu**. Portal de Notícias. Publicado em junho de 2019. Accessed on may 2023. Available at: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2019/aldeia-iratana-do-povo-paiter-suruí-amplia-beneficiamento-de-produtos-derivados-do-babacu>

FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas. **Geoprocessamento e Mapas: shapefile de Terras Indígenas no Brasil**. 2020. Accessed on may 2023. Available at: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/geoprocessamento-e-mapas/>

FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas. **Demarcação de Terras Indígenas**. 2021. Accessed on may 2023. Available at: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/demarcacao-de-terras-indigenas>

GARAH ITXA. **Site Próprio, sessão “Sobre nós”**. Rondônia, s/d. Updated in 2023. Accessed on may 2023. Available at: <https://garahitxa.rondonia.me/content/4-about-us>

GRUPO GAIA. **CPR COOPSUR**. São Paulo, 2021. Accessed on may 2023. Available at: <https://grupogaia.com.br/cpr-coopsur/>

IDESAM - Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas. **Projeto de Carbono Florestal Suruí**. Descrição de Projeto, 13 de Outubro de 2011.

IEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil. **Principais Resultados Do Projeto Garah Itxa - 2009-2012**. Parceria ECAM, COIAB, Associação Kanindé e Associação Metareilá. Corredores Etnoambientais Na Amazônia Ocidental. Brasília, 2012.

IEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil. **PAMINE: o renascer da floresta - reflorestamento da terra indígena Paiterey Karah (TI Sete de Setembro) pelo povo Paiter Suruí**. Em parceria com Associação Metareilá, Associação Kanindé, Garah Itxa e ACT. Organizado por Andréia Bavaresco, Brasília, 2011.

INPE - INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Programa de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (PRODES): levantamento de Uso do Solo, Unidades de Conservação e Remanescentes Florestais da Amazônia Legal e Biomas Amazônicos**. 2021. Accessed on may 2023. Available at: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/downloads/>

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Estimativa do Desflorestamento da Amazônia Brasileira (PRODES) revisada em 2022**. São José dos Campos, SP: INPE, 2022. Accessed on may 2023. Available at: https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/sei_01340-009084_2022_72_notatecnica_estimativa_prodes_2022_revisada_lu_lm_27_10_rev_la-002.pdf.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Estimativa do Desflorestamento da Amazônia Brasileira (PRODES) revisada em 2021**. São José dos Campos, SP: INPE, 2021. Accessed on may 2023. Available at: <https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/divulgacao-de-dados-prodes.pdf>.

ISA - INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Informações sobre a Terra Indígena Sete de Setembro**. 2023. Acessado em abril de 2023. Disponível em: https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3858?_ga=2.120214088.1719568131.1682454452-1347221664.1679408149

ISA - INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Ajude o povo indígena Paiter Suruí de Rondônia**. 2020. Acessado em julho de 2023. Disponível em: <https://covid19.socioambiental.org/node/781>

KANINDÉ. **Etnozoneamento Paiterey Garah: terra indígena Sete de Setembro**. Org. Ivaneide Bandeira Cardozo. Porto Velho, RO, Kanindé - Associação de Defesa Etnoambiental, 2011.

LEANDRO, E. L. **Ecoturismo indígena e gestão territorial, contribuições participativas da terra indígena Paiterey Karah (Sete de Setembro)**. Dissertação de Mestrado (UNIR). Porto Velho, 2011.

LITTLE, P. (Org.). **Corredores Etnoambientais na Amazônia Ocidental: Resultados do Projeto Garah Itxa**. 2012. Brasília, IEB. Accessed on may 2023. Available at: https://iieb.org.br/wp-content/uploads/2019/02/22-02-2013-Garah_itxa_1.pdf.

LOPES, C.A.V.; SOUZA, R.A.de. **Análise da cobertura florestal da Terra Indígena Sete de Setembro, entre os anos 1997 a 2017**. Revista Brasileira de Ciências da Amazônia, RBCA 9 (1), mar 2020, DOI: 10.47209/2317-5729.v.9.n.1.p.1-8, 2020.

MELO, K.C. **“Gente de Verd@de”: entre coisas de índios e coisas de não índios: Novas Geografias Paiter Suruí**. Tese de Dourados apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), 2018.

MESQUITA, T.R.; LIBERATO, A.M. **Análise Da Expansão Agropecuária No Município De Cacoal, Rondônia**. X Encontro de Engenharia de Produção Agroindustrial, Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Cacoal, RO, 2016.

NARAIKOE SURUÍ, R. **Labiway Ey Sad Sistema de Governança Paiter Surui**. Trabalho de Conclusão de Curso de Direito apresentado a Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Cacoal, RO, 2014.

O ECO. **Quinze anos depois, programas REDD+ sofrem esvaziamento e buscam recomeço**. Portal de Notícias. Publicado em 2020. Available at: <https://oeco.org.br/reportagens/quinze-anos-depois-programas-reed-sofrem-esvaziamento-e-buscam-recomeco/>

OSOWSKI, R. O marco temporal para demarcação de terras indígenas, memória e esquecimento. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 320–346, 2017. DOI: 10.5433/2176-6665.2017v22n2p320. Available at: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/32261>. Accessed on : 15 maio. 2023.

PAITER SURUÍ. Site Próprio. **Etnoturismo Paiter Suruí**. S/d. Atualização em 2022. Accessed on may 2023. Available at: <https://www.paiter-suruui.com/turismo-paiter-suruui>

PAITER SURUÍ. Site Próprio. **Projeto de Reflorestamento Pamine - O Renascer da Floresta**. S/d. Atualização em 2022. Accessed on may 2023. Available at: <https://www.paiter-suruui.com/projetopamine-renascedafloresta>

PAITER SURUÍ. Site Próprio. **Campanha Paiter: povos da floresta contra COVID-19**. Publicado em 11 de set. de 2020. Acessado em julho de 2023. Disponível em: <https://www.paiter-suruui.com/post/campanha-paiter-povos-da-floresta-contra-covid-19>

PPA - Parceiros Pela Amazônia. **Aprendizados do Portfólio com Forest Trends e Lideranças das Terras Indígenas Zoró e Sete de Setembro**. Brasil, 2020. Available at: <https://ppa.org.br/aprendizados-do-portfolio-com-forest-trends-e-liderancas-das-terras-indigenas-zoro-e-sete-de-setembro/>

RADAM BRASIL. Projeto RADAM BRASIL, **Levantamento de Recursos Naturais e Cobertura Vegetal Original**. Folha SC-20/ Rondônia e Mato Grosso, 1978.

RICARDO, F. **Terras Indígenas na Amazônia Legal**. In: VERÍSSIMO, A.; ROLLA, A.; VEDOVETO, M.; FUTADA, S. de M. *Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira: avanços e desafios* (p. 87). Belém/São Paulo, Imazon e ISA, 2011.

SANTOS, J.M. dos. **Principais Linhas de Crédito do PRONAF utilizadas pelos Produtores Rurais no Município de Cacoal/RO**. Artigo de Conclusão de Curso em Administração da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), 2018.

SESAI Cacoal. **Plano de Contingência Distrital para Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19) em Povos Indígenas do Distrito Sanitário Especial de Vilhena. Cacoal, Rondônia – abril de 2020**. Acessado em julho de 2023. Disponível em: <https://ds.saudeindigena.icict.fiocruz.br/bitstream/bvs/1785/1/Plano%20de%20Conting%C3%Aancia%20para%20infec%C3%A7%C3%A3o%20humana%20pelo%20no.pdf>

SETUR - Superintendência Estadual de Turismo. **Etnoturismo é fomentado pela Setur como estratégia de valorização da cultura indígena**. Portal de notícias. Publicado em 6 de dezembro de 2022. Accessed on may 2023. Available at: <https://rondonia.ro.gov.br/etnoturismo-e-fomentado-pela-setur-como-estrategia-de-valorizacao-da-cultura-indigena/>

SILVA, Nathália Thaís Cosmo da; FERREIRA NETO, José Ambrósio. A monetarização da vida social dos Paiter Suruí. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 9, n. 1, p. 163-181, jan.-abr. 2014.

TANURE, T.M. do P. **Mudanças climáticas e agricultura no Brasil: impactos econômicos regionais e por cultivo familiar e patronal**. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

